

Leher , Roberto. **Región Sur. O governo Lula e os conflitos sociais no Brasil** . *En publicación: OSAL, Observatorio Social de América Latina, no. 10 (2006) : 81- 129.*

Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal10/regionsur.pdf>

Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe de CLACSO

<http://www.biblioteca.clacso.edu.ar>

biblioteca@clacso.edu.ar

Región Sur

O governo Lula e os conflitos sociais no Brasil¹

Roberto Leher*

** UFRJ, Pesquisador
CLACSO/Laboratório
de Políticas Públicas
Universidade do Estado
do Rio de Janeiro
(LPP-UERJ)
e Coordenador OSAL-Brasil.*

O núcleo sólido da política econômica de FHC partira de um a priori e de uma constatação: a poupança interna não seria capaz de financiar o crescimento do país e as estatais eram ineficientes e demasiadamente custosas. Com base nessas premissas, FHC acelerou o processo de privatização, liberalizou o fluxo de recursos financeiros, removeu barreiras econômicas e, para atrair capitais, reduziu o Estado social, estabeleceu superávits primários crescentes e manteve os juros com uma das taxas reais mais altas do mundo. A sua aposta era que, com essas medidas, a entrada de investimentos diretos estrangeiros seria vigorosa e impulsionaria o crescimento econômico, assegurando um longo período de hegemonia do PSDB e de seus aliados. Após oito anos, o resultado foi catastrófico: crescimento exponencial da dívida², estagnação³, redução da massa salarial, milhões de desempregados, alargamento da disparidade de renda e, até a tão decantada estabilidade monetária esfumou-se devido a seis crises cambiais, apesar dos pacotes do FMI (1998, 2000, 2001 e 2002)⁴.

[ANU IV Nº 10 ENERO-ABRIL 2003]

OSAL 81

Durante os primeiros anos de seu governo, os sindicatos cutistas passaram por mudanças muito profundas, muitos deles optaram pela conciliação e, impactados pela ideologia da globalização, assimilaram a crença de que o desemprego e os baixos salários eram decorrentes da reduzida qualificação dos brasileiros. Assim, no lugar de enfrentamentos e conflitos, a saída seria a cooperação e a qualificação profissional. Com os conflitos atenuados, FHC pôde avançar o seu projeto sem produzir muitas arestas. Nos últimos anos da década passada, o quadro mudou: as lutas foram retomadas, em especial no serviço público, e o MST intensificou as suas ações (Galvão et al, 2002). Setores das classes médias empobrecidos votaram na oposição nas eleições municipais de 2000, surpreendendo as forças tradicionais. Logo a insatisfação chegou ao andar de cima: a opção de Cardoso pelo capital financeiro corroe a base econômica de setores oligárquicos, abrindo grave crise nos partidos governistas, em particular com o direitista Partido da Frente Liberal (PFL) que anunciou o lançamento de candidato próprio a presidência.

Por meio de uma vigorosa guinada ao centro, Lula da Silva capitalizou os anseios de mudanças, elegendo-se presidente com mais de 60% dos votos. Os movimentos sociais iniciaram o ano de 2003 vivendo uma situação inteiramente nova: um governo cuja história se confunde com as lutas sociais das duas últimas décadas, porém empunhando uma política econômica em continuidade com a de Cardoso. Os embates sociais assumem, portanto, novas feições, recolocando a importância da autonomia de classe e a necessidade de perseverar na construção de projeto alternativo ao neoliberal.

Eleição: composição da chapa, programa e a nova coalizão de classes

Em contraste com os processos eleitorais anteriores, o arco de alianças da candidatura Lula foi resolutamente redefinido. Anteriormente, Lula optara por uma aliança de centro-esquerda que abrangia pequenos partidos de esquerda (PCdoB), forças nacionalistas de feição social-democrata, como o Partido Socialista de Miguel Arraes e o Partido Democrático Trabalhista, liderado por Leonel Brizola. Em 2002, a composição da aliança foi não apenas ampliada⁵, mas substancialmente redefinida, contando com a inclusão de setores do grande capital internacionalizado. No período da inscrição da chapa, a coalizão abrangera setores da chamada “burguesia nacional”, periférica em relação aos segmentos mais estreitamente vinculados ao capital internacional, que, majoritariamente, preferiam o candidato do PSDB, José Serra. Entretanto, após a “Carta aos Brasileiros”, em junho de 2002, uma nova realidade foi configurada. Representantes de grandes grupos econômicos –dos setores financeiro, industrial, *agrobusiness*, comunicações– migraram para a candidatura Lula, fato que mais tarde se refletiu no ministério e na agenda do governo.

Pela primeira vez, não foi possível demarcar com precisão a posição dos setores dominantes em relação às candidaturas em disputa. Cada vez mais, Lula assumiu um discurso que contemplava as demandas dos segmentos internacionalizados que, então, passaram a incluir a sua candidatura como uma opção a ser realmente considerada, tendo em vista a fragilidade da campanha de José Serra.

É importante registrar que a aliança prioritária de Cardoso com o capital financeiro, expressa na política de juros altos⁶, produziu crises muito profundas em sua base de apoio, em especial nos setores industrial, comercial e agropecuário, levando o PFL e parte do PMDB a se afastarem do governo. Essas contradições debilitaram gravemente a candidatura Serra, abrindo caminho para a de Lula. Os indicadores econômicos que outrora pareciam atestar o êxito do governo Cardoso sofreram, como visto anteriormente⁷, rápida inflexão. Cardoso transformou-se em um verdadeiro “pato manco”. Apesar de dispor ainda de meio ano de mandato, a Vice-Presidente do FMI, Anne Krueger, sinalizou que somente negociaria com o “compromisso dos principais atores políticos, ou seja, os candidatos com chance de vitória” (*Valor*, 26-28/7/02).

Em um ambiente de forte pressão do “mercado”, a candidatura de Lula sofreu a maior inflexão política dos 20 anos de história do PT: Lula publicou, em 22 de junho de 2002, a “Carta aos Brasileiros”⁸ que, em essência, reafirma o compromisso do futuro governo com os contratos e acordos firmados com os organismos internacionais, implicando: (a) adotar o regime de metas de inflação; (b) manter o câmbio flutuante; (c) praticar superávits primários elevados, e (d) manter altos juros. Em suma, a agenda do FMI. Não é secundário lembrar que, em 1998, o país assinara um vultoso acordo com o Fundo (US\$ 41 bilhões) que exigia, em contrapartida, a regulamentação das reformas de ajuste estrutural, como as reformas administrativa e da previdência e o engajamento na criação da ALCA. A reação do setor financeiro foi imediata: o economista sênior do banco de investimentos ABN-Amro comemorou: “são declarações muito encorajadoras, em especial a declaração-chave de que vai preservar o saldo fiscal primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os seus compromissos” (*OESP*, 24/6/02). Outros analistas aproveitaram a abertura da agenda político-econômica de Lula para reivindicar a autonomia do Banco Central, exigência, mais tarde, acatada por Lula. Destarte, Lula parecia querer afastar do cenário político as preocupações de que poderia se converter em um novo Fidel Castro (Paul Krugman) ou mesmo de que “não é louco, mantendo as políticas implementadas por FHC”⁹.

A divulgação da mencionada Carta e a adesão ao novo acordo com o FMI¹⁰ redesenharam o arco de alianças de forma estrutural. O apoio de Lula a um acordo que, segundo o *Wall Street Journal*, resulta exclusivamente da pressão dos bancos credores –*Citibank*,

FleetBoston, J.P. Morgan, Chase e Bank of America (FSP, 9/08/02: B1) fez os agentes do grande capital respirarem aliviados. O diretor-gerente do FMI, Horst Köhler, declarou que a transição política no Brasil seria tranqüila porque os principais candidatos a presidente se comprometeram a continuar mantendo um programa econômico sólido, referindo-se a Lula como se este já estivesse eleito (*O Globo*, 27/09/02: 3). O Instituto de Finanças Internacionais, associação que reúne os maiores bancos do mundo, pediu aos investidores que dessem ao Brasil o “benefício da dívida” (*O Globo*, 19/09/02). O presidente do banco Itaú, Roberto Setúbal, proclamou em Washington: “Lula não é um revolucionário” (*O Globo*, 13/10/02: 38). Nesses posicionamentos, implicitamente, prevalece a “desconfiança calculada” que constrange o comportamento político e a política econômica¹¹. Os elogios, na verdade, são ameaças. Conforme John Williamson: “o próximo governo não terá margens para grandes mudanças na política econômica. Se o futuro presidente quiser evitar que a crise se agrave, terá de manter uma política fiscal rigorosa, fazer as reformas tributária e da previdência e não poderá reduzir os juros drasticamente” (*O Globo*, 13/10/02: 38).

Nesse contexto, pesos pesados da economia passaram a manifestar apoio a Lula, “em benefício da dívida”, subsidiando economicamente a sua candidatura, incluindo os grandes conglomerados da comunicação, em especial o sistema Globo. Também, paulatinamente, forças estabelecidas migraram para a sua campanha, como os ex-presidentes Itamar Franco e José Sarney e sua filha (ex-candidata a presidente pelo PFL), o ex-governador de São Paulo Orestes Quércia, bem como expressões do PMDB, como os candidatos aos governos do Paraná, Paraíba e de Santa Catarina. É um momento em que a trajetória do candidato do PT sofre descontinuidade. O vetor da popularidade de Lula, contagiado pela mudança no tratamento dos meios de comunicação, associado a um competente trabalho de marketing, leva Lula a patamares virtualmente passíveis de assegurar a vitória ainda no primeiro turno, o que, devido a uma pequena quantidade de votos, acabou não se confirmando.

A Carta aos Brasileiros, a adesão ao acordo com o FMI e a hipertrofia dos apoios dos representantes do grande capital estreitaram, ainda mais, a já limitada presença dos trabalhadores e de suas organizações na campanha eleitoral. A década de 1990 foi de relativo refluxo nos movimentos sindicais e, somente no início da presente década, os movimentos recuperaram, parcialmente, sua capacidade de intervenção política, visto que diversas resoluções “propositivas” atenuaram o caráter classista de muitos sindicatos. Com efeito, já na discussão do programa de governo, a direção da campanha manteve apenas uma pequena abertura aos sindicatos e às organizações populares. Distintamente dos pleitos anteriores, o programa de governo não foi elaborado pelas instâncias partidárias do PT e pelo coletivo dos partidos em coalizão. Sua elaboração deu-se no âmbito de uma organização não governamental, o Instituto da Cidadania, por intelectuais de maior ou menor expressão pública. Os parlamentares e os movimentos

sociais foram apenas consultados sobre as diversas matérias. A decisão final sobre o programa foi interna ao Instituto, gerando tensões com setores do PT –o programa colide com encaminhamentos de seu 12º Encontro Nacional, realizado em dezembro de 2001, em especial no que diz respeito à política macroeconômica e à relação com o FMI. Em outros termos, os partidos, os sindicatos e os movimentos deixaram de ser protagonistas e, de certa forma, passaram a ser considerados pela coordenação da campanha como “voto cativo”. A estratégia da campanha objetivava ampliar o apoio dos setores empresariais e, com isso, atrair o voto das classes médias. Isso explica, em parte, a baixa temperatura e a pequena mobilização popular dos atos públicos da campanha, consideravelmente menores do que os do pleito de 1989, por exemplo.

Eleito com 52,7 milhões de votos (61,3%) no segundo turno da eleição, recebendo o dobro dos votos do PT, em um pleito com alto índice de participação (cerca de 80%), a chamada “onda Lula” repercutiu no crescimento da bancada do PT¹². Contudo, o eleitorado foi mais conservador nos governos estaduais, apenas três governadores de estados periféricos foram eleitos pelo PT. Compareceram a sua posse mais de 150 mil pessoas que comemoraram, em Brasília, a vitória da “esperança sobre o medo”.

Equipe de governo: núcleo sólido da economia e políticas sociais

A área econômica do governo Lula “foi buscada no mercado”. O quadro mais relevante buscado nas hostes do capital (*Wall Street*), seguramente, foi o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, deputado eleito pelo PSDB e ex-presidente mundial do *Bank of Boston*, atual *Boston Fleet*, o 7º maior banco nos EUA e, após o *Citigroup*, a segunda maior instituição credora do Brasil. A despeito das críticas de que poderia haver conflitos de interesses principalmente pelo fato de Meirelles ter presidido um banco credor do país, envolvido em operações obscuras que levaram ao “default” argentino¹³, Lula não apenas o confirmou no cargo, como acatou sua exigência de que o BC teria de ter autonomia em relação ao Executivo. Tendo em vista a sua ação como lobista do setor financeiro, no processo de reforma constitucional (liberalização do setor financeiro) e os seus vínculos com *Wall Street*, o BC brasileiro poderá ser operado a partir dos interesses dos credores, assim como o principal banco de crédito do país, o Banco do Brasil, entregue a um ex-colaborador de Meirelles. O ministério da Fazenda foi entregue a um petista com fortes afinidades com as políticas neoliberais, Antonio Palocci, um ex-prefeito de uma cidade paulista de médio porte, que promovera intensa privatização, incluindo a distribuição da água, e que tornou-se o braço das novas alianças do governo com o capital financeiro. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Ministério da Agricultura foram confiados ao setor de *agrobusiness*, por meio de dois grandes empresários do setor. O Ministério da Integração Regional, responsável pela

interface da área econômica com as diversas regiões do país, foi entregue ao ex-candidato a presidente Ciro Gomes.

O comando político do governo foi confiado à tendência majoritária do PT, Articulação (responsável pela inflexão estratégica do partido rumo ao centro-esquerda), que ficou encarregada: i) da Casa Civil; ii) da Secretaria Geral da Presidência; iii) da presidência da Câmara dos Deputados; e iv) da presidência do PT e, também, ao PMDB, representado pelo ex-presidente da república José Sarney, eleito presidente do Senado com apoio do novo governo. Setores “desenvolvimentistas” ficaram em postos importantes (BNDES, Energia e Planejamento), porém com reduzida autonomia frente aos “homens do mercado”.

A área social conta com ministros da tendência majoritária (Educação; Previdência e Assistência Social; Saúde; Meio Ambiente), de segmentos da esquerda (Cidades, Desenvolvimento Agrário e Trabalho) e de partidos aliados (Turismo, C&T, Comunicações, Transportes, Esportes, Cultura) – todos esses ministérios tiveram cortes profundos em seus orçamentos por exigência do Ministro da Fazenda.

Uma mudança, de fato, significativa, que requer estudo mais sistemático do que o possível no espaço disponível deste estudo, ocorreu no Ministério das Relações Exteriores. Aqui o governo Lula assumiu um posicionamento mais compatível com a trajetória anterior do PT. O Ministro Celso Amorim e o seu secretário-geral, um diplomata punido por FHC por seu envolvimento na Campanha do plebiscito contra a ALCA, Samuel Pinheiro Guimarães, vêm adotando uma postura incisiva de defesa da soberania (política) do país e dos demais países latino-americanos, como a Venezuela, tendo se posicionado explicitamente contra a intervenção dos EUA no Iraque e se recusado a apoiar o Plano Colômbia. Além disso, o governo não criou obstáculos ao arquivamento do Acordo que previa a instalação de uma Base Militar Americana em Alcântara, estado do Maranhão. Entretanto, questões econômicas, como parte substancial das negociações da ALCA, estão acontecendo em outros *loci*, como os Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Diferente da avaliação do Ministério das Relações Exteriores, o Ministro Palocci, em visita a Washington, avaliou que a ALCA pode ser positiva a longo prazo (*OESP*, 15/4/03): o Brasil ofereceria os seus mercados de serviços, de investimentos, de compras governamentais em troca do mercado agrícola desses países.

Política macroeconômica indica os rumos do governo

O documento do Ministério da Fazenda “Política Econômica e Reformas Estruturais”¹⁴ apresenta as grandes linhas da política econômica dos 4 anos de governo e foi elaborado

“Entre as prioridades, destaca a aprovação das reformas do governo FHC, antes recusadas pelo PT, como a criação de fundos de pensão para os servidores públicos”

por uma ONG auspiciada pelo Banco Mundial (*FSP*, 27/4/03), coincidindo, no fundamental, com o novo documento de Williamson já conhecido como “Consenso de Washington II”¹⁵. O documento sustenta que para retomar o crescimento e promover “a inclusão social” é necessário aprofundar a política econômica do período FHC, mantendo as metas inflacionárias e associando juros altos e grandes superávits primários. Entre as prioridades, destaca a aprovação das reformas do governo FHC, antes recusadas pelo PT, como a criação de fundos de pensão para os servidores públicos. Para júbilo dos credores internacionais, uma mudança na leitura da natureza da crise foi operada, negando todo o pensamento crítico dos anos 90. O problema básico agora é o déficit governamental e não mais o estrangulamento externo advindo do aumento dos passivos externos¹⁶: “O governo tem, como primeiro compromisso da política econômica, a resolução dos graves problemas fiscais que caracterizam nossa história econômica, ou seja, a promoção de um ajuste definitivo das contas públicas”¹⁷.

Para alcançar o equilíbrio fiscal, ficou estabelecida a meta de superávit primário de 4,25% do PIB, índice que a Fazenda se comprometeu com o FMI a manter até o final do mandato¹⁸. A mudança estrutural, em relação a FHC, conforme o documento supramencionado, é fazer o “ajuste fiscal” cortando gastos públicos! Os problemas da dívida e da pesada carga tributária sobre o trabalho¹⁹ saíram de foco. No documento da Fazenda, a principal promessa de campanha de Lula, a criação de 10 milhões de empregos, restringe-se à qualificação dos desempregados, à melhoria da eficiência das empresas e à redução do custo de contratação: a mesma equação que fracassou com Cardoso.

Longe de se restringir a promessas, esses encaminhamentos estão sendo operacionalizados no parlamento e nos acordos com o FMI, gerando forte crise com parcela dos deputados do PT. Trinta e três deputados (entre 92) declararam ser contra a autonomia do BC (*O Globo*,



© Matfin Fernández

3/4/03: 3). Para viabilizar a autonomia do BC, nada menos do que a Constituição terá de ser alterada. Mesmo antes da posse de Lula, em dezembro, o presidente do Fundo, Horst Köhler, pediu a adoção, “o quanto antes”, da autonomia operacional do BC para fortalecer a luta contra a inflação e para restaurar a confiança dos mercados. A pressão pela autonomia seguiu em fevereiro, com o diretor do Banco Itaú, Sérgio Werlang que prevê aumento da inflação e da taxa de juros se a medida não for urgente (*OESP*, 22/2/03: B3). Após ameaça de expulsão dos parlamentares que votassem contra a reforma da Constituição, o projeto de reforma constitucional de autoria do ex-Senador José Serra foi aprovado no Congresso, devendo ainda ser regulamentado por lei específica. Outro projeto polêmico, a reforma da previdência²⁰ para a criação de fundos de pensão, apesar de ainda estar em debate no parlamento, *estará aprovado* (SIC!) até meados de 2003, conforme documento do governo brasileiro ao FMI (28/02/03). Em virtude da resistência da maioria dos deputados do PT, a Executiva Nacional fechou questão na votação da matéria e abriu processo de expulsão de uma senadora e de dois deputados (*FSP Online*, 12/05/03). Outro revés deu-se na agricultura. Mesmo no governo Cardoso, os transgênicos não foram admitidos. Entretanto, interesses do *agrobusiness* levaram o governo a liberar para comércio as plantações clandestinas de soja transgênica.

Para manter o fluxo de capital externo, a taxa de juros foi elevada a patamar explosivo, seguindo a curva ascendente do governo Cardoso: 18% (jul/02), 25% (dez/02) e 26,5% (fev/03), medida criticada pela CNBB e pelos representantes do setor produtivo (*FSP*, 21/2/03: A7). Em contrapartida, o superávit primário igualmente sofreu forte crescimento: de 3,75% do PIB no início do ano (50,3 bilhões) para 4,25% do PIB (68 bilhões), obrigando o governo a contingenciar R\$ 14 bilhões no orçamento de 2003, sendo R\$ 5 bilhões nos orçamentos sociais (*O Globo*, 12/2/03: 3).

O suposto êxito da política macroeconômica é sustentado pela entrada de capital estrangeiro, atraído pelos altos juros. Com isso, o chamado “risco Brasil” caiu acentuadamente em 2003 (-49%), o mesmo acontecendo com o valor do dólar (-20%) e os *C-Bond* valorizaram 37% (*FSP*, 10/05/03). Os elogios do FMI, do Banco Mundial e da Federação dos Bancos têm sido enfáticos. Entretanto, a atração de recursos através de juros elevadíssimos dificilmente pode ser duradoura, como, aliás, já alertam corretoras internacionais “a euforia pode ter ido longe demais” (*FSP*, 10/05/03: B1). Ademais, como acentua o economista Reinaldo Gonçalves (2003), com o “foco na inflação”, a política econômica pode gerar 5 milhões de desempregados adicionais, além dos mais de 7 milhões que Lula encontrou no início de seu mandato, e crises políticas não estão descartadas.

Políticas públicas

A principal ação social do governo Lula, o programa Fome Zero, possui um orçamento estimado em R\$ 5 bilhões²¹. Em seu discurso de posse, Lula afirmou que consideraria seu governo exitoso se todo brasileiro pudesse fazer três refeições por dia. O ambicioso programa tem sido objeto de forte controvérsia sobre o uso de cupons, recibos e cardápios, levando o representante do Banco Mundial na América Latina a criticar o governo: “é preciso confiar nos pobres” (*O Globo*, 01/4/03: 9). Na compreensão de um dirigente do MST, “o governo vende a idéia de que é possível acabar com a fome sem tocar no fundamental: o latifúndio e a reforma agrária” (*O Globo*, 01/04/03: 9). Também setores da Igreja Católica sustentam que “deixa muito a desejar”, especialmente devido à política de doações, “principalmente quando o objeto doado vale menos do que a publicidade faturada pelo doador” (Morelli, 2003). O NYT (3/3/03) observou que, durante a campanha, Lula afirmara que o programa atenderia 50 milhões de pessoas, mas agora as metas do programa foram reduzidas para 18 milhões, um número consideravelmente menor. Os governos estaduais mantêm-se afastados do programa, limitando-se a implementá-lo, sem oferecerem contrapartida financeira. Desse modo, o Programa é uma medida focalizada e, por enquanto, pouco significativa em termos nacionais.

Entrevista da economista Maria da Conceição Tavares (*FSP*, 20/04/03) situou os termos da polêmica sobre as políticas sociais, denunciando que o Ministério da Fazenda, em consonância com o Banco Mundial, propõe políticas focalizadas, em detrimento das políticas universais (educação, saúde), ainda vigentes no país devido as renhidas lutas dos movimentos sociais. Em fevereiro deste ano, o diretor para o Hemisfério Ocidental do FMI, Anoop Singh, enviou um recado ao governo: é preciso desvincular despesas e receitas orçamentárias para que políticas mais eficientes sejam empreendidas sem

comprometimento do equilíbrio orçamentário e macroeconômico (*FSP*, 4/2/03: B3). O próprio Presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, teria “ensinado” a Lula as vantagens da focalização (*FSP*, 27/04/03: A4). Em um contexto de aperto fiscal, a alternativa possível, conclui o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, é direcionar as políticas para atender aos miseráveis (*FSP*, 26/4/03: A5).

A experiência recente na América Latina e na África ensina que a focalização está inscrita nos programas do Banco Mundial de “alívio” a pobreza: não fortalece as políticas públicas (igualitárias, universais e referenciadas na cidadania), contribuindo para a ampliação da esfera privada (ONGs, Terceiro Setor) e não altera as causas que produzem a pobreza e a miséria²², não escapando, por conseguinte, da lógica neoconservadora que associa pobreza, segurança e governabilidade. Conforme Tavares, “é uma forma de arrebentar de vez o ensino público e a seguridade social”. Esse debate tornou-se mais intenso a partir de abril, com a manifestação de intelectuais historicamente vinculados ao PT que criticaram a nova agenda, como pode ser visto adiante.

Encaminhamentos políticos: um frágil pacto social e a realpolitik

Uma análise clássica da formação histórico-social brasileira, resgatada por Gonçalves (2003), assevera que: “a política de conciliação, de transação, teve como principal objetivo aplinar mais as divergências dos grupos dominantes que conceder benefícios ao povo” (Rodrigues, 1965: 103). Gonçalves avalia: “as medidas de política econômica nos primeiros meses do governo indicam que estamos entrando em mais um período de conciliação e reforma”. A tentativa de firmar um novo contrato social entre o capital e o trabalho, por meio de um Conselho Econômico de Desenvolvimento Social é ilustrativo dessa iniciativa. Trata-se de um Conselho livremente escolhido por Lula, formado principalmente por empresários que apoiaram a sua candidatura, muitos deles sonegadores da previdência, por sindicalistas individualmente convidados, por representantes da sociedade civil (Terceiro Setor e ONGs), entre os quais alguns que gravitam em torno de entidades empresariais, e por membros do governo²³. Os encaminhamentos efetivos do governo sugerem que a estratégia não prevê um lugar de destaque ao referido Conselho. A rigor, não há construção de pacto no país, pois o lócus da política real do Executivo é outro. De fato, enquanto os conselheiros discutiam a reforma da previdência, o Ministério da Fazenda enviou documento ao FMI com “sua” proposta de reforma da previdência, prevendo a aprovação de medidas que, a rigor, nem o parlamento discutira. A seguir, em reunião com governadores de todo o país, Lula assinou um documento com detalhes da reforma, incorporando medidas já rejeitadas pelo parlamento durante o mandato de FHC, como a contribuição previdenciária dos aposentados. O Conselho sequer foi escutado sobre essas medidas.

Contradições, críticas e enfrentamentos

A ausência de espaços de participação tem gerado forte insatisfação entre parlamentares do PT e de partidos aliados, sindicalistas, intelectuais e mesmo de altos dirigentes do Estado. O economista Paul Singer, atualmente no governo, sustentou que não há discussão em profundidade sobre a política econômica do país (*FSP*, 3/2/03: A9). O Conselho, por sua composição estreita e unilateral, seguramente não se afirmou como esse espaço. Muitas medidas são “comunicadas” aos parlamentares e apoiadores como, por exemplo, o acordo com os governadores em torno da contribuição previdenciária dos aposentados. A ausência de fóruns e outros espaços de discussão levou um significativo grupo de intelectuais de expressão pública a recorrer a uma carta aberta ao presidente²⁴, instando-o a convocar um plebiscito oficial sobre a adesão do país a ALCA e a não promover a autonomia do Banco Central.

Já no primeiro encontro formal de Lula com dirigentes da CUT, ao ser comunicado da disposição de servidores públicos promoverem uma greve contra a reforma da previdência, acusou os sindicatos de “corporativistas” (*FSP*, 26/02/03: A5). Embora os servidores tivessem reivindicado uma correção salarial emergencial de 47% e o governo tivesse concedido irrisório 1%, a prioridade dos sindicatos é a luta contra a reforma da previdência. O mote dos sindicatos é: “reforma, sim, mas para universalizar os direitos e para fortalecer o Estado social”, porém essa agenda está descartada pelo governo. De acordo com governadores, Lula chegou a afirmar que, diante da resistência dos servidores, não hesitaria em colocar a sociedade contra eles, posicionamento não assumido formalmente (*O Globo*, 23/2/03), apesar da propaganda oficial afirmar que os servidores têm privilégios que são a causa das baixas aposentadorias do setor privado.

A reforma agrária segue com avanços (maior liberação de créditos para os pequenos agricultores) e recuos: o presidente da Comissão Pastoral da Terra, Dom Tomás Balduino, chegou a afirmar que “o governo evita confronto com o latifúndio para não ferir a lógica da governabilidade” (*FSP*, 02/04/03: A9). Uma das medidas mais repressoras de Cardoso contra o MST²⁵ não será revogada, conforme o ministério da área. Sem conseguir a descriminalização da questão agrária, os conflitos agrários com mortes aumentaram significativamente²⁶ e os latifundiários chegaram a anunciar que fariam milícias privadas para combater os Sem-Terra (*FSP*, 16/03/03: A4).

Diante da inflexão para a centro-esquerda, da assunção da agenda macroeconômica de Cardoso e do FMI e, ainda, da assimilação das políticas sociais focalizadas preconizadas pelo Banco Mundial, os debates sobre os rumos da esquerda e do governo Lula têm sido intensos, conforme pode ser visto no Caderno de Teses do 8º Congresso da CUT (2003). Os posicionamentos podem ser sintetizados em três avaliações:

1) a corrente majoritária do PT (Articulação) tem sustentado que o governo recebeu uma “herança maldita” e que a única alternativa possível é recuperar a confiança dos mercados –assim, gradativamente, os juros vão cair e o crescimento será retomado; enquanto isso, os trabalhadores devem dar um crédito de confiança e aguardar, com paciência, as mudanças futuras. Lutas específicas não estão descartadas, mas a governabilidade deve se antepor às ações políticas que não poderão atingir os fundamentos do governo;

2) as correntes de esquerda do PT, em que pesem suas divergências, adotaram, nos termos de Ricardo Antunes (2003), a “metáfora do pêndulo”: os capitais transnacionais (com a aquiescência dos capitais nativos) procurarão puxar o pêndulo sempre para o centro e a direita, sob a batuta do FMI e do Banco Mundial; no outro pólo, o mundo do trabalho, através de suas ações concretas em seus sindicatos, movimentos e partidos, deverá respaldar, amparar, impulsionar e mesmo exigir do governo Lula a elaboração de políticas que garantam e ampliem os direitos dos trabalhadores contra a lógica destrutiva hoje vigente, desse modo, o pêndulo voltaria para a esquerda, e

3) a de que o governo Lula não “está em disputa”, pois o seu pêndulo já encontrou o seu centro de gravidade na centro-esquerda. Corroboraria esta tese o fato de que o núcleo sólido das políticas macroeconômicas foi confiado às forças de mercado, a agenda de reformas do FMI seguirá até o final do mandato, conforme atestam os documentos governamentais; ademais, o espaço para a controvérsia e a crítica está se reduzindo –o Diretório Nacional do PT abriu processo disciplinar contra os críticos e fechou questão no apoio às reformas (FSP, 13/05/03). Assim, para essas forças minoritárias, constituídas por militantes independentes, por um pequeno número de parlamentares, por sindicalistas e militantes das correntes de esquerda do PT e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados e, também, por intelectuais, está posta a tarefa de reconstruir uma organização alternativa para esquerda brasileira.

Não é possível fazer juízos definitivos sobre as três alternativas. Embora os fatos pesem contra a primeira leitura, não é possível subestimá-la. Lula dispõe de admirável capital político e grande parte da população mantém uma expectativa positiva²⁷. Ademais, o imperialismo está ciente do peso do Brasil na América Latina, grandes grupos econômicos têm interesses no país e, na prática, vem demonstrando que não deixará de intervir na crise em curso, “salvando” o país do “default”. Lula pode servir de exemplo para a nova esquerda latino-americana, contribuindo para isolar a esquerda marxista e anti-capitalista. Os segmentos mais diretamente atingidos pela manutenção da agenda neoliberal (servidores públicos, por exemplo), bem como as forças que reivindicam transformações econômico-sociais, estão distribuídas nas duas últimas avaliações,

predominando os adeptos da tese do pêndulo. Da ótica dos movimentos sociais e, em especial, dos sindicatos mais combativos e do MST, diante da implementação da agenda neoliberal, a opção que vem sendo adotada é o fortalecimento das mobilizações, das ações diretas e da defesa da agenda da esquerda (sobretudo: “ALCA, Não”, contra a autonomia do BC, em defesa da previdência pública e do regime de repartição, defesa dos empregos e salários, reforma agrária). Os metalúrgicos realizaram importante greve na GM, movimento que foi irradiado para a Renault e a Volvo, no Sul do Brasil, e a Ford na Bahia, no Nordeste do país. Os servidores públicos podem entrar em greve em todo o país contra a reforma da previdência e o MST intensificou as ocupações. Nos congressos estaduais da CUT, a despeito da Articulação confirmar sua maioria, as teses das correntes de esquerda foram aprovadas em diversos estados, como o plebiscito oficial sobre a adesão à ALCA.

O comando político do governo não tem permanecido inerte diante da retomada dos movimentos e do anseio de autonomia dos sindicatos mais combativos. Não se fazem alianças com o grande capital impunemente²⁸. As forças do mercado declaram-se intranquias com a crise no PT e exigem ações enérgicas em favor das reformas previstas nos acordos com o FMI. Uma de suas principais iniciativas foi a ingerência do Palácio do Planalto na sucessão da CUT. O candidato de Lula e José Dirceu foi *oficializado* pela Articulação, impondo uma derrota ao atual presidente, João Felício, também da corrente majoritária. O referido processo de expulsão dos parlamentares “radicais” faz parte dessas iniciativas. A coordenação política também tem investido em campanhas publicitárias para fortalecer a defesa das reformas, ao mesmo tempo em que os críticos são acusados de corporativistas e de defensores de privilégios, insensíveis ao drama dos idosos aposentados no setor privado²⁹.

Mas até mesmo parlamentares moderados têm criticado a tentativa do Planalto de “satanizar” os críticos³⁰. Intelectuais de grande expressão saem em defesa da liberdade de expressão no PT³¹ e, por ocasião dos congressos estaduais da CUT, em algumas regiões, as forças de esquerda atuaram em blocos unitários e mesmo a base da corrente majoritária tem-se pronunciado contra as reformas originalmente encaminhadas por Cardoso. O desfecho desses embates é imprevisível, mas é certo que a questão da autonomia de classe dos movimentos ganhou nova dimensão e que o debate sobre o pós-neoliberalismo será produzido a partir dos movimentos e das manifestações de intelectuais que não ficaram prisioneiros do pensamento único.

Bibliografia

- Amadei, A. 2003 "Tudo azul: do outro lado da moeda", in Fattorelli Carneiro *Auditoria da Dívida Externa: questão de soberania* (Rio de Janeiro: Contraponto/Campanha do Jubileu Sul).
- Antunes, Ricardo 2003 "O pêndulo de Lula", em *Folha de São Paulo* (São Paulo) 26/2/03: A3.
- Carneiro, R. 2002 *Desenvolvimento em crise* (São Paulo: Ed. Unesp/IE-U NICAMP).
- Chossudovsky, Michel s/d *Brasil: neoliberalismo com um "rosto humano"* <<http://resistir.info>>.
- CUT 2003 *Caderno de Teses. Análise de Conjuntura e Balanço* (São Paulo) 1, Março <www.cut.org.br>.
- Galvão et al 2002 "Lutas sociais no Brasil em 2001", em *OSAL* (Buenos Aires) Nº 6, Enero.
- Gonçalves, Reinaldo 2003 *Política econômica e macrocenários nacionais: 2003-2006*, mimeo <www.lpp.uerj.net/Outro Brasil>.
- Morelli, Mauro 2003 *O Globo* 31/3: 4, Entrevista.

Notas

- 1 Texto escrito com base em pesquisas e estudos de Mariana Oliveira Setúbal (CUT) e Gleide Banus Barboza (MST) (OSAL/LPP-UERJ).
- 2 Em 1995, a dívida líquida total do setor público correspondia a 30% do PIB, em 2000 a 50% (Carneiro, 2002).
- 3 O crescimento do PIB no período FHC foi o 4º pior dos últimos cem anos (*O Globo*, 28/2/03).
- 4 Entre janeiro de 2002 e julho de 2002, a relação da dívida líquida do setor público passou de 53% para 64% do PIB, somando R\$ 885 bilhões; o chamado "risco Brasil" passou de 800 para 1850 pontos e o dólar de R\$ 2,20 para R\$ 3,00 (*Valor*, 26-28/7/02: C1; *FSP*, 01/11/02: B1).
- 5 A coalizão de Lula incluiu o Partido Liberal, uma pequena agremiação que fizera oposição a diversas medidas de FHC e que indicou o candidato a Vice Presidente, o Senador e empresário do setor têxtil José Alencar (promovendo a união entre capital e trabalho, conforme Lula).
- 6 Entre 1995 e 2002 a receita fiscal do Tesouro Nacional cresceu de 12,6% do PIB para 17,1% do PIB; contudo, o pagamento de juros cresceu, no mesmo período, de 2,9% do PIB para 9,0% do PIB, engordando o capital rentista. Ao mesmo tempo, a contribuição dos salários no PIB decaiu, nos últimos 10 anos, de 45% para 27% (Amadei, 2003).
- 7 Ver notas 2, 3 e 4.
- 8 Ver íntegra em <www.pt.org.br>
- 9 Paul O'Neill, então Secretário do Tesouro dos EUA (*FSP*, 29/11/02).

10 O acordo envolve US\$ 30 bilhões e foi concluído em agosto de 2002 com o aval do então candidato Lula.

11 As medidas canônicas do FMI servem de parâmetro e o “risco Brasil” é o instrumento de constrangimento: bons governos merecem menor risco; governos desobedientes, alto risco.

12 Foram eleitos 10 senadores, com isso a bancada passou de 8 para 14 de um total de 81 senadores. Para a Câmara dos Deputados, o PT elegeu 92 deputados (na legislatura anterior 58) de um total de 513.

13 Em entrevista de 1998, Meirelles afirmou: “O acontecimento mais fundamental [na América Latina] foi o lançamento do plano de estabilização na Argentina [sob Domingo Cavallo]. Foi uma abordagem diferente, no sentido de que não era um controle de preços ou um controle do fluxo de moeda, mas sim um controle da oferta monetária e das finanças governamentais” (*Latin Finance*, 6 August 1998). Vale a pena notar que o chamado “controle da oferta monetária”, referido por Meirelles, significa essencialmente o congelamento da oferta de crédito aos negócios locais (através da dolarização), levando ao colapso da atividade produtiva. As operações obscuras estão relacionadas a compra de instituições financeiras pelo FleetBoston e a maciça fuga de capitais (Chossudovsky, s/d).

14 <www.fazenda.gov.br> Disponibilizado em 10/04/03.

15 Ver documento em <[www.lpp.uerj.net/Outro Brasil](http://www.lpp.uerj.net/Outro%20Brasil)>.

16 Tavares, M.C. Entrevista, *FSP* 21/4/03. Ver íntegra em <[www.lpp.uerj.net/Outro Brasil](http://www.lpp.uerj.net/Outro%20Brasil)>.

17 O documento da Fazenda aparentemente desconsidera estudo do Banco Central que informa que a instabilidade do mercado financeiro acarretou perda de R\$ 17 bilhões apenas em 2002 (*O Globo*, 28/2) e secundariza o fato de que, em 2003, o setor público irá aumentar em 24% os gastos com juros (que deverá alcançar o valor recorde de R\$ 141,6 bilhões, *FSP*, 8/3/03: B4).

18 Carta ao Presidente do FMI, Brasília, 28/2/03.

19 Um trabalhador que recebe um salário mínimo gasta 1/4 de sua remuneração em impostos. De outra parte, a taxação da riqueza no país é irrisória, assegurando aos bancos e às grandes fortunas uma das maiores margens de lucro do mundo (*FSP*, 16/2/03: B1). Enquanto os salários participam com 27% da renda nacional, o fator trabalho responde por 55% da carga tributária (Amadei, 2003).

20 Um estudo abrangente sobre os fundamentos e objetivos da reforma da previdência solidamente amparados em dados que refutam os argumentos governamentais, pode ser encontrado em Granemann e Bendrao Saldanha (2003), disponível em <[www.lpp.uerj.net/Outro Brasil](http://www.lpp.uerj.net/Outro%20Brasil)>.

21 Sendo que R\$ 650 milhões já foram contingenciados pela área econômica.

22 Os relatórios sobre o Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD/ONU são eloqüentes sobre a precariedade dessas políticas.

23 Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) é composto por 82 membros, dos quais a metade é constituída de empresários: 23 da indústria, 7 do setor financeiro (inclusive de bancos estrangeiros, como Citibank e Santander), 5 agropecuaristas, 4 do Setor de serviços e 2 do comércio. Os sindicalistas chegam a 13 (os

convites foram pessoais, não havendo representação formal da CUT, por exemplo). Fazem parte também 10 "personalidades" como uma grande acionária do Itaú. Este Conselho vai opinar sobre previdência, entre outros assuntos (Fonte: BOLETIM DA FENAFISP).

24 Carta ao Presidente Lula, Brasília, 1 de maio de 2003 (ver íntegra em <[www.lpp.uerj.net/Outro Brasil](http://www.lpp.uerj.net/Outro_Brasil)>).

25 A Medida Provisória 2027/2000 interdita, por dois anos, para fins de reforma agrária as terras ocupadas por movimentos sociais.

26 A estratégia atual do Ministério do Desenvolvimento Agrário não tem conseguido diminuir a violência dos conflitos pela terra. De acordo com dados da CPT, o número de assassinatos no primeiro trimestre deste ano aumentou em 31,2% em relação ao mesmo período de 2002, o que também não é diferente em relação às ocupações, elas aumentaram em 42,3% (*O Globo*, 18/04/03: 8).

27 Pesquisa IBOPE: Lula tem 75% de aprovação, 51% ótimo/bom, 36% regular, 7% ruim/péssimo. As principais preocupações são a inflação e o desemprego (*O Globo*, 3/4/03: 8).

28 Um pequeno livro, escrito em 1513, *O Príncipe*, dá alguns sábios conselhos aos novos governantes. Valeria a pena recordá-los: a) ao fazer alianças não as faça nunca com os poderosos que mais tarde irão te trair, procure sempre fazê-las com os mais fracos que terão sempre em você um aliado a defender; b) quando se instaura um principado novo ele terá sempre contra si os antigos dominantes porque estes precisam retomar as rédeas do poder e, o que é mais preocupante, os novos "beneficiados" ainda não tem suficiente confiança em você para aderir com segurança (Contribuição de Edmundo Fernandes Dias/Unicamp, 16/05/03).

29 Juiz da 5ª Vara da Justiça Federal de Curitiba proibiu a veiculação da propaganda oficial do governo sobre a reforma da previdência. As entidades entraram na Justiça acusando o governo do presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva de "desvio de finalidade, lesão ao patrimônio público e ameaça de quebra do princípio da moralidade administrativa", ao veicular as peças consideradas ofensivas aos servidores federais (*Folha Online*, 15/05/03).

30 Pelo menos 8 dos 14 senadores já teriam assinado documento de apoio aos radicais. O documento redigido pela bancada pedia que se abrisse processo de negociação com radicais, ao invés de um processo na comissão de ética. Contudo, o presidente e o líder do PT no Senado, ambos da corrente majoritária, ameaçaram renunciar a seus postos caso o documento fosse divulgado, levando os signatários a recuar (*Folha Online*, 15/05/03).

31 O senador Eduardo Suplicy (SP), o advogado Dalmo Dallari e o sociólogo Emir Sader são algumas das testemunhas de defesa convidadas pela senadora Heloísa Helena (AL) e pelos deputados federais Luciana Genro (RS) e João Batista Oliveira de Araújo, o Babá (PA), no processo disciplinar movido pela direção do PT contra os três parlamentares (*Folha Online*, 15/05/03).

Argentina

[cronología enero-abril 2003]

ENERO

SÁBADO 4 Más de 3 mil personas de asambleas barriales, ecologistas, agrupaciones indígenas, comerciantes y estudiantes marchan desde la Plaza San Martín hasta la Municipalidad de Esquel (Chubut) en contra del proyecto minero de la empresa canadiense Meridian Gold de explotar a cielo abierto y durante 10 años un yacimiento de oro y plata en esa ciudad.

MARTES 7 Piqueteros del Movimiento Sin Trabajo Teresa Vive (MST) realizan una jornada nacional de cortes de ruta en reclamo de un subsidio universal para desocupados y que se regularice la situación de 7 mil beneficiarios que siguen sin cobrar el Plan Jefes y Jefas de Hogar. En la Provincia de Buenos Aires (PBA), en la Ciudad de Buenos Aires (BA), Bariloche (Río Negro), Córdoba, Santa Fe, Jujuy, Neuquén y Santiago del Estero también se realizan protestas.

Un grupo de vendedores ambulantes de la peatonal Florida (BA) es desalojado por un fuerte operativo ordenado por el gobierno de la ciudad. Por la noche realizan una protesta en demanda de un lugar donde vender sus productos.

JUEVES 9 Los docentes de Paraná, agrupados en la Asociación Gremial del Magisterio de Entre Ríos (AGMER), protestan frente a la Casa de Gobierno provincial en reclamo del pago de sueldos atrasados. También realizan movilizaciones en las localidades de Victoria, Villaguay y Concordia.

Llega al país una misión del Fondo Monetario Internacional (FMI) para firmar un acuerdo con el gobierno que contempla sólo la refinanciación de vencimientos hasta julio. Los delegados del organismo imponen como condición la revisión mensual de las metas.

El presidente veta la extensión del Fondo de Incentivo Docente (FONID). Así, sólo se pagará el remanente del incentivo correspondiente a 2001, pero no se extenderá el beneficio hasta el 2002.

VIERNES 10 Los piqueteros de Barrios de Pie y del Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD) Aníbal Verón realizan una protesta frente al Hotel Sheraton (BA)

para repudiar la misión del FMI que allí se aloja. Luego marchan hasta el Ministerio de Trabajo en reclamo de la continuidad de los planes de empleo y un aumento de 150 pesos de los mismos.

Durante todo el día, los artesanos y vendedores ambulantes de Florida intentan instalarse en sus puestos pero son continuamente desalojados por la policía.

JUEVES 16 El gobierno y el FMI alcanzan el acuerdo que permitirá reprogramar vencimientos por 11.712 millones de dólares de aquí al 31 de agosto del corriente año.

MIÉRCOLES 22 Unos 4 mil piqueteros del Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados (MIJD), del Polo Obrero y del Movimiento Barrios de Pie inician una doble jornada de protesta nacional en demanda de la restitución de 10 mil planes de empleo, la ampliación de los beneficios a todos los desocupados del país y la duplicación de los montos que perciben. Marchan desde Puente La Noria hasta el Puente Saavedra, donde acampan para continuar al día siguiente.

JUEVES 23 Piqueteros continúan la marcha dirigiéndose hasta la embajada de Venezuela para expresar su solidaridad con el presidente de ese país y luego hasta la embajada de Estados Unidos para rechazar la guerra contra Irak y el acuerdo alcanzado con el FMI. Finalizan la protesta con una marcha hasta el Ministerio de Trabajo (BA) en donde se reúnen con la titular de esa cartera, quien les garantiza que en febrero cobrarán todos los beneficiarios.

DOMINGO 26 Como todos los días 26 de cada mes, unos 1.000 manifestantes del MTD Aníbal Verón, asambleas vecinales y organizaciones de derechos humanos cortan el Puente Pueyrredón y realizan un escrache frente a la estación de trenes de Avellaneda (PBA) para recordar los siete meses de los asesinatos de Maximiliano Kosteki y Darío Santillán.

LUNES 27 Durante una semana, grupos de piqueteros cortan en siete puntos la ruta nacional 34 en Tartagal y General Mosconi (Salta) para reclamar la recuperación de 500 planes de Jefas y Jefes de Hogar. Levantan la medida ante la promesa de que llegarán representantes del gobierno nacional para analizar la situación.

MARTES 28 La Corriente Clasista y Combativa (CCC) y la Federación de Tierra y Vivienda (FTV) realizan una jornada de protesta nacional con marchas en todo el país en reclamo de la reincorporación de 250 mil planes Jefas y Jefes de Hogar, planes de empleo para jóvenes y ancianos y la reactivación económica de las fábricas recuperadas por sus obreros.

MIÉRCOLES 29 El presidente Eduardo Duhalde firma un nuevo decreto que permite el aumento de 7,2% para el gas y 9% para la electricidad.

JUEVES 30 Unos 400 integrantes de la Asociación Nacional de Ahorristas Unidos de Mar del Plata (PBA) realizan la marcha N° 100 en reclamo de la devolución de sus depósitos en dólares.

FEBRERO

LUNES 3 El Bloque Piquetero Nacional, integrado por el Movimiento Territorial Liberación (MTL), el MIJD, el Polo Obrero, la Coordinadora de Trabajadores Desocupados (CTD) Anibal Verón y el Movimiento Barrios de Pie, comienza un nuevo plan de lucha, que se extenderá a lo largo de todo el mes, con cortes de rutas y calles, marchas y asambleas en los lugares de protesta, en reclamo de un aumento en los subsidios de 150 a 300 pesos y la restitución del beneficio a aquellos que lo perdieron en enero. Los piqueteros marchan hasta la sede de Repsol-YPF en Dock Sud, donde realizan un acto. Al mismo tiempo, otros grupos realizan cortes en los ingresos a las fábricas Firestone y Coca Cola. La protesta abarca 35 piquetes a fábricas en todo el país.

MARTES 4 Unas 2 mil personas de Esquel (Chubut) se movilizan para impedir la instalación de una mina de oro por parte de la empresa Meridian Gold, la cual podría provocar daños ambientales. Realizan escraches frente al domicilio de la firma, la intendencia y el Consejo Deliberante local.

Los integrantes de la CCC de Tucumán llevan a cabo 10 cortes de ruta a lo largo de toda la provincia, en reclamo de 3 mil subsidios de 150 pesos, 5 mil bolsones de comida y 30 mil pesos para abastecer comedores comunitarios.

MIÉRCOLES 5 Manifestantes del MIDJ cortan durante 4 horas los puentes Pueyrredón, Uriburu, La Noria, Saavedra y Nicolás Avellaneda, dejando aislada a BA en reclamo de la restitución de 9 mil planes sociales, la ampliación de los mismos a jóvenes y mayores de 60 años sin hijos y el aumento del subsidio de 150 a 300 pesos.

En la capital de Tucumán, representantes de la Asociación Trabajadores del Estado (ATE) irrumpen a la fuerza en el recinto de la legislatura para rechazar la aprobación de una ley que prorroga el pago del 20% de los salarios de los empleados públicos con vales alimentarios y la suspensión de su escalafón. Logran hacer fracasar la sesión y postergar el tratamiento de la ley.

JUEVES 6 Piqueteros de la CCC y de la FTV cortan rutas en los accesos a BA y en el interior del país en demanda de la reincorporación de los beneficiarios dejados fuera del programa Jefas y Jefes de Hogar y un aumento en el monto actual del subsidio, entre otros reclamos. Levantan la medida tras anunciar un principio de acuerdo con el gobierno.

SÁBADO 15 Detrás de una bandera blanca con la inscripción “No a la guerra imperialista contra Irak” alrededor de 50 mil personas convocadas por el Comité del Foro Social Mundial en Argentina y el Comité de Solidaridad con Irak, con la participación de organizaciones de derechos humanos, piqueteros y partidos políticos, marchan hasta la embajada de EE.UU. (BA) para sumarse a las manifestaciones en contra de la guerra que se realizan en todo el mundo.

MIÉRCOLES 19 Alrededor de 20 mil manifestantes convocados por el Bloque Piquetero Nacional se concentran en Av. San Juan y 9 de Julio (BA) para marchar hasta el Ministerio de Desarrollo Social y luego dirigirse a la Casa Rosada para entregar un petitorio al presidente Eduardo Duhalde en el que exigen la duplicación del monto de los subsidios, la creación de puestos genuinos de trabajo y el esclarecimiento de los asesinatos de los piqueteros Kosteki y Santillán. Unos 400 policías les impiden avanzar. Luego de 4 hs de negociación con funcionarios del gobierno, los manifestantes entregan el petitorio y acuerdan una reunión para la semana próxima. Realizan un acto simbólico en el lugar y desconcentran de forma pacífica.

VIERNES 21 Los trabajadores del Banco Nación realizan una huelga de una hora en todo el país en reclamo del pago de los 130 pesos de aumento salarial dispuestos por el gobierno nacional para el sector privado y para rechazar la privatización de los bancos estatales acordada con el FMI.

MARTES 25 La jueza Claudia Rodríguez Vidal hace lugar a la medida cautelar presentada por el Foro de las Asociaciones de Consumidores en contra del decreto presidencial 146/03 mediante el cual se aprueban los aumentos en las tarifas de electricidad y gas.

Las 89 familias que ocupan el edificio del ex Patronato de la Infancia (PADELA), en BA, son desalojadas por un violento operativo policial con gases lacrimógenos y balas de goma. Los ocupantes amenazan con detonar garrafas de gas y apedrean a los policías. Los enfrentamientos dejan un saldo de 16 personas heridas y 52 detenidas.

El gobierno de BA decreta el fin de la concesión de la Autopista Arturo Illia a la empresa COVIMENT y ordena el traspaso a la municipal Autopistas Urbanas SA (AUSA).

VIERNES 28 Deudores hipotecarios convocados por la Federación de Cámaras y Centros Comerciales de la República Argentina (FEDECÁMARAS) se concentran frente a la Corporación de Rematadores (BA) para exigir la inmediata suspensión de los remates de viviendas y comercios.

MARZO

DOMINGO 2 Se producen incidentes en el transcurso de las elecciones para gobernador y legisladores de Catamarca. Ante la inhabilitación de Luis Barrionuevo como candidato a gobernador por el Partido Justicialista (PJ) –por no cumplir con el requisito constitucional de haber residido en la provincia en los últimos 4 años–, militantes de ese partido rompen e incendian urnas y arman piquetes para impedir el acceso de votantes a las escuelas. Los comicios son suspendidos.

LUNES 3 La Federación Agraria Argentina (FAA), Confederaciones Rurales Argentinas (CRA), la Sociedad Rural Argentina (SRA), el Centro de Exportadores de Cereales y la Cámara de la Industria Aceitera de la República Argentina (CIARA), entre otras 30 organizaciones de toda la cadena agrícola, comienzan un lock-out que durará toda la semana y que paraliza por completo el mercado de granos. Los productores demandan, entre otras cuestiones, que se les permita ajustar por inflación los balances para el pago de ganancias. Las grandes cerealeras exigen también que el gobierno se ponga al día con las deudas que mantiene con el sector, las cuales sumarían unos 600 millones de dólares.

MARTES 4 En San Miguel de Tucumán los docentes instalan carpas en la plaza Independencia frente a la casa de gobierno y amenazan con no iniciar las clases el lunes 10 si el gobierno provincial no establece un aumento salarial.

MIÉRCOLES 5 Unos 400 ahorristas se concentran frente a los tribunales en BA para festejar el fallo de la Corte Suprema a favor de la redolarización del depósito bancario de la provincia de San Luis, que podría extenderse al resto de los depósitos.

JUEVES 6 Militantes de Greenpeace protestan frente a la Secretaría de Industria, Comercio y Minería de la Nación (BA) en contra del proyecto minero de la empresa Meridian Gold en Esquel y reclaman al presidente Eduardo Duhalde que retire su apoyo a la firma canadiense.

Ex trabajadores de la empresa Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) cortan la ruta nacional 34 a la altura de General Mosconi (Salta) al no ser recibidos por el ministro de Economía para tratar el pago de la propiedad participada, deuda salarial que debería haber sido cancelada cuando la empresa fue privatizada a comienzos de los años '90.

LUNES 10 Unos 200 manifestantes se concentran frente a los tribunales en BA para festejar la condena a prisión perpetua al policía Juan de Dios Velaztiqui, quien asesinó a tres jóvenes en el barrio de Floresta en diciembre de 2001.

Docentes de la Unión de Educadores de la Provincia de Córdoba (UEPC) realizan un paro por 24 hs y un acto en la plaza San Martín en reclamo de una

mejora salarial. En Tucumán y Santa Fe también hay paros docentes. En Santiago del Estero los maestros realizan distintas movilizaciones.

MIÉRCOLES 12 Uno 500 docentes de la Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (CTERA) se concentran frente al Congreso Nacional para exigir la aprobación de un proyecto que garantice los recursos necesarios para el pago del FONID de los años 2002 y 2003.

JUEVES 13 El Senado de la Nación convierte en ley el financiamiento para la continuidad del FONID, a través de la recaudación del Impuesto al Cheque.

SÁBADO 15 Unas 30 mil personas convocadas por el Comité del Foro Social Mundial en Argentina marchan a la embajada de EE.UU. en BA, bajo la consigna "no a la guerra", en una jornada de movilización en numerosas ciudades del mundo.

MIÉRCOLES 19 Militantes del MTD Aníbal Verón realizan nueve cortes en la PBA en reclamo de un aumento de 300 pesos en los planes de trabajo y la apertura de la inscripción a los trabajadores que todavía no pudieron acceder a ninguna prestación social, entre otros puntos.

El directorio del FMI aprueba los compromisos de la primera revisión del acuerdo y anuncia un desembolso de 307 millones de dólares para que el gobierno pueda cubrir los compromisos con el propio organismo.

JUEVES 20 Cerca de 1.000 manifestantes de partidos de izquierda, entre otros, se concentran frente a la embajada de EE.UU. en rechazo a la guerra contra Irak. Un grupo arroja piedras contra la sede diplomática y en la desconcentración ataca varias sedes bancarias y negocios de capitales estadounidenses. La policía reprime a los manifestantes de la protesta. En Córdoba, Rosario (Santa Fe) y Neuquén también se realizan manifestaciones.

VIERNES 21 Piqueteros de la FTV y de la CCC realizan una marcha y concentraciones de protesta frente a comercios de origen norteamericano ubicados en La Matanza (PBA) para repudiar la guerra.

DOMINGO 23 La Asociación Madres de Plaza de Mayo realiza un acto en la Plaza de Mayo en el que participan 4 mil personas para repudiar el golpe de estado de 1976 y la invasión a Irak por parte de EE.UU.

En Esquel (Chubut) se realiza un plebiscito popular para votar Sí o No al proyecto de explotación de una mina de oro utilizando cianuro por parte de la empresa Meridian Gold. El 85% vota por el No.

LUNES 24 Alrededor de 100 mil personas, convocadas por las Madres de Plaza de Mayo-Línea Fundadora, Abuelas de Plaza de Mayo, otras organizaciones de de-

rechos humanos, sociales, estudiantiles, piqueteros, asambleas y partidos de izquierda, marchan desde el Congreso hasta la Plaza de Mayo (BA) al cumplirse 27 años de la última dictadura militar.

MIÉRCOLES 26 El Consejo Interuniversitario Nacional (CIN) cierra las puertas de todas las universidades del país en rechazo al último recorte de 57 millones de pesos para el presupuesto universitario efectuado por el Poder Ejecutivo.

VIERNES 28 El presidente Eduardo Duhalde firma el decreto que permite la apertura voluntaria del corralón, por lo cual desde el 8 y hasta el 21 de abril próximo los ahorristas podrán retirar sus fondos o renegociar nuevos plazos fijos.

ABRIL

VIERNES 4 Piqueteros del MTL, del Movimiento Barrios de Pie y del MTD 17 de Julio cortan la ruta de acceso al aeropuerto de Resistencia (Chaco) para repudiar la presencia del candidato presidencial Carlos Menem. Así, impiden que lleve a cabo una caravana desde esa ciudad hasta Corrientes. Por la noche, unas 60 personas realizan un escrache en la puerta del hotel donde se aloja.

DOMINGO 6 El Bloque Piquetero Nacional culmina la cuarta Asamblea Nacional de Trabajadores Ocupados y Desocupados en el miniestadio de Lanús (PBA). Participan más de 2.500 personas y se decide una marcha contra la guerra, un acto en la Plaza de Mayo en el Día Internacional de los Trabajadores, una marcha nacional para reclamar la expropiación de las empresas ocupadas por sus trabajadores y una manifestación en el Puente Pueyrredón el 26 de junio, a un año de los asesinatos de Kosteki y Santillán, entre otras medidas.

MARTES 8 Más de 2.500 personas se concentran frente a Zanón (Neuquén) para evitar que se efectúe el desalojo de la fábrica ordenado por la Justicia. Los trabajadores nucleados en ATE realizan un paro por 24 hs para apoyar a los trabajadores que desde hace 17 meses mantienen la fábrica tomada, de los cuales los últimos 13 fueron de producción bajo control obrero. Después del mediodía llegan al lugar los síndicos para realizar un inventario general y tomar posesión de la planta, pero no pueden llevarlo a cabo y se retiran. El gobernador Jorge Sobisch anuncia que la policía no participará del desalojo.

Cuatro piqueteros de Salta son detenidos por orden de la Justicia Federal por haber cortado la ruta nacional 34 en reclamo del pago de las acciones del Programa de Propiedad Participada a los despedidos de YPF. La CCC realiza una manifestación en la plaza de Mosconi y la Unión de Trabajadores Desocupados (UTD) mantiene cortada la ruta en demanda de la liberación de los compañeros.

JUEVES 10 Madres de Plaza de Mayo-Línea Fundadora, la Central de los Trabajadores Argentinos (CTA), la Federación Universitaria de Buenos Aires (FUBA), el Movimiento Barrios de Pie y la Asociación por una Tasa sobre las Transacciones Especulativas para Ayuda a los Ciudadanos (ATTAC), entre otros, marchan hasta la plaza Houssay donde realizan el acto de apertura del Encuentro Regional por la Soberanía y la Integración de los Pueblos, contra el Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), la deuda y la guerra. Dicho encuentro se desarrollará en BA desde hoy y durante todo el fin de semana bajo las consignas "No al ALCA" y "Otra América es Posible".

VIERNES 11 El proyecto minero en Esquel es suspendido por tiempo indefinido por existir riesgos sin cubrir sobre probable contaminación, según anuncia el gobernador de Chubut, José Luis Lizurume.

SÁBADO 12 El Encuentro Regional por la Soberanía y la Integración de los Pueblos, contra el ALCA, la deuda y la guerra, culmina con la Asamblea de la Auotconvocatoria No al ALCA. Deciden impulsar la realización de una consulta popular entre el 4 y 11 de octubre próximos en todo el país. Al finalizar marchan hasta la casa de gobierno para repudiar la guerra de EE.UU. a Irak.

DOMINGO 13 Los piqueteros que mantienen cortada la ruta nacional 34 en Gral. Mosconi deciden levantar la medida ante la posibilidad de que liberen a sus dirigentes detenidos.

LUNES 14 Los trabajadores de la Administración Nacional de la Seguridad Social (ANSES) inician un paro por tiempo indeterminado en reclamo por la devolución del 13% a los jubilados y por la libre opción jubilatoria.

La policía desaloja a la asamblea Lezama Sur del ex Banco Mayo (BA), que había sido tomado por los vecinos del lugar el 14 de julio de 2002, y decomisan los equipos de los periodistas de Indymedia, que tienen allí su lugar de trabajo. Asambleas barriales, el MTD Anibal Verón, trabajadores de Brukman y estudiantes, entre otros, se acercan al lugar para rechazar la medida.

MIÉRCOLES 16 Piqueteros del MTD Anibal Verón, del Movimiento Teresa Rodríguez (MTR) y de la Federación de Trabajadores Combativos (FTC) marchan desde el puente Pueyrredón hasta la Casa de Salta y luego al Ministerio de Justicia en reclamo de la liberación de los manifestantes de esa provincia detenidos.

Empleados de la empresa Líneas Aéreas Privadas Argentinas (LAPA) comienzan un paro por tiempo indeterminado ante el eventual cierre de la compañía. Levantan la medida luego de que el Ministerio de Trabajo dictara la conciliación obligatoria entre las partes.

VIERNES 18 Unos 300 efectivos de la Guardia de Infantería, de la Policía Montada y la División Perros desalojan, bajo la orden del juez Jorge Rimondi, a los trabajadores que mantenían ocupada y produciendo bajo control obrero a la fábrica textil Brukman tomada en diciembre de 2001, luego del cierre declarado por los propietarios. Centenares de vecinos, estudiantes, piqueteros del MTD Aníbal Verón, el Bloque Piquetero Nacional, la CCC, asambleas barriales y partidos de izquierda se concentran durante todo el día en la avenida Jujuy (BA) para apoyar a los trabajadores que reclaman su fuente de trabajo. Por la noche, un grupo de legisladores de la ciudad, representantes de organismos de derechos humanos y trabajadores de la fábrica firman un acta en la que reclaman al juez que deje sin efecto la orden de desalojo, y exigen el repliegue de la policía. Los manifestantes deciden mantener una vigilia. A lo largo de todo el día, la policía despliega celulares y unas 20 motos con personal armado en las calles adyacentes de la fábrica.

LUNES 21 Más de 7 mil personas de asambleas barriales, organizaciones piqueteras, estudiantiles y partidos políticos de izquierda, entre otros, marchan hasta Brukman. Las trabajadoras tomadas del brazo hacen caer una de las vallas policiales que mantenían la fábrica cercada y caminan hacia la planta. Algunos manifestantes arrojan piedras y se desata una feroz represión policial con gases lacrimógenos, balas de goma y de plomo. Se producen incidentes en la puerta de la Facultad de Psicología de la Universidad de Buenos Aires (UBA) y en el Hospital de Niños Garrahan, a más de 20 cuadras de los hechos, donde se resguardan algunos manifestantes. La represión deja decenas de heridos y más de 100 detenidos. Por la noche, se concentran frente a las comisarías de la zona para exigir la libertad de los mismos.

MARTES 22 Unas 25 mil personas acompañan a las obreras de Brukman en una nueva movilización hasta la fábrica para repudiar la brutal represión y en reclamo de su fuente de trabajo. Instalan una carpa de la resistencia en el lugar. Rechazan la convocatoria a dialogar del Ministerio de Trabajo hasta que no se retire la policía.

Cientos de trabajadores del Frente de Gremios Estatales de Jujuy son dispersados por la policía con gases lacrimógenos y balas de goma cuando protestan frente a la casa de gobierno en reclamo de un aumento salarial. Son detenidos siete manifestantes, entre ellos el secretario general de ATE y CTA Jujuy.

Los trabajadores de LAPA cortan la pista principal del Aeroparque Jorge Newbery y la avenida Costanera y protestan frente al Ministerio de Trabajo (BA) en rechazo al eventual cierre de la empresa.

La Legislatura de BA aprueba la Ley 992, en la que se acepta y regula la actividad de los cartoneros.

JUEVES 24 Piqueteros del MTD Aníbal Verón, MIJD, Barrios de Pie y Polo Obrero, entre otros, cortan el Puente Pueyrredón, marchan por BA y concluyen su protesta en la Plaza de Mayo en rechazo a la represión contra los trabajadores de Brukman y la detención de dirigentes piqueteros en Salta.

Comunidades indígenas de diversas provincias convocadas por la CTA marchan hasta la Plaza de Mayo bajo la consigna "Dignidad para los pueblos originarios" y por el fin de remates de tierras en la Patagonia y en otras regiones del país.

DOMINGO 27 Se realizan las elecciones presidenciales. Carlos Menem, del Frente por la Lealtad, obtiene el 24,45% de los votos. Néstor Kirchner del Frente para la Victoria, alcanza el 22,24%. Estos dos candidatos disputarán la segunda vuelta el 18 de mayo. Ricardo López Murphy, del Movimiento Federal Recrear, obtiene el 16,37%. Adolfo Rodríguez Saá del Movimiento Nacional y Popular, el 14,11% y Elisa Carrió, de la Alternativa por una República de Iguales (ARI), el 14,05%. Diferentes organizaciones populares se reúnen en los alrededores de Brukman (BA) para repudiar las elecciones. También se realizan elecciones a gobernador en La Rioja y San Luis. Alberto Rodríguez Saá y Ángel Mazza, respectivamente, ganan las gobernaciones de sus provincias.

GLOSARIO DE SIGLAS

ATE	Asociación de Trabajadores del Estado
ATTAC	Asociación por una Tasa sobre las Transacciones Especulativas para Ayuda a los Ciudadanos
ARI	Alternativa por una República de Iguales
AGMER	Asociación Gremial del Magisterio de Entre Ríos
ALCA	Área de Libre Comercio de las Américas
ANSES	Administración Nacional de la Seguridad Social
AUSA	Autopistas Urbanas Sociedad Anónima
BA	Ciudad de Buenos Aires
CCC	Corriente Clasista y Combativa
CIARA	Cámara de la Industria Aceitera de la República Argentina
CIN	Consejo Interuniversitario Nacional
CRA	Confederaciones Rurales Argentinas
CTA	Central de los Trabajadores Argentinos
CTD	Coordinadora de Trabajadores Desocupados
CTERA	Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina
FAA	Federación Agraria Argentina
FEDECÁMARAS	Federación de Cámaras y Centros Comerciales de la República Argentina
FMI	Fondo Monetario Internacional
FONID	Fondo de Incentivo Docente
FTC	Federación de Trabajadores Combativos
FTV	Federación de Tierra y Vivienda

FUBA	Federación Universitaria de Buenos Aires
LAPA	Líneas Aéreas Privadas Argentinas
MIJD	Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados
MST	Movimiento Sin Trabajo Teresa Vive
MTD	Movimiento de Trabajadores Desocupados
MTL	Movimiento Territorial Liberación
MTR	Movimiento Teresa Rodríguez
PADELAI	Patronato de la Infancia
PBA	Provincia de Buenos Aires
PJ	Partido Justicialista
SRA	Sociedad Rural Argentina
UBA	Universidad de Buenos Aires
UEPC	Unión de Educadores de la Provincia de Córdoba
UTD	Unión de Trabajadores Desocupados
YPF	Yacimientos Petrolíferos Fiscales

Realizada por María Celia Cotarelo (PIMSA – Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina) y el Observatorio Social de América Latina (OSAL).

Relevamiento y sistematización a cargo de Florencia Ayala.

Fuentes: diarios Página 12, Clarín, La Nación y Crónica.

[cronología enero-abril 2003]

JANEIRO

- 4 a FEIRA 01** Posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e de seu vice, José de Alencar, do Partido Liberal (PL). Houve grande mobilização popular, e segundo as polícias civil e militar, mais de 70 mil pessoas compareceram para assistir à posse do novo presidente.
- 3 a FEIRA 07** Paralisação de 23 empresas do sistema de ônibus do município de São Paulo (região sudeste), que atendem cerca de 1 milhão de pessoas. O protesto é devido ao atraso do pagamento dos salários do mês anterior e as horas extras devidas pelas empresas. Durante o dia, 21 empresas realizaram o pagamento e cobradores e motoristas de ônibus retomaram o trabalho.
- 5 a FEIRA 09** Aproximadamente 230 trabalhadores rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) ocuparam e fecharam a agência de um banco federal do estado de Sergipe (região nordeste), reivindicando a liberação de crédito para pequenos investimentos nas terras dos assentados. Os militantes do MST saíram da agência após a promessa de que o dinheiro seria liberado pelo governo do estado, sem data definida.
- 2 a FEIRA 13** Rebelião de menores infratores em uma unidade da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) da cidade de Franco da Rocha, estado de São Paulo (região sudeste) deixou a unidade parcialmente destruída. Este foi o maior motim dos cinco ocorridos em apenas nove dias. Os menores protestavam contra o atraso no julgamento de mais de 900 processos de internos e contra os maus tratos de funcionários (o Ministério Público denunciou 65 funcionários que estariam torturando os jovens). A tropa de choque da Polícia Militar (PM) foi acionada e a rebelião foi controlada. Durante o confronto, dois funcionários ficaram feridos.
- 5 a FEIRA 16** Início de greve geral de servidores docentes e técnico-administrativos do estado do Rio de Janeiro (região sudeste) por tempo indeterminado. Na área da saúde, 12 unidades hospitalares já paralisaram suas atividades, atendendo apenas casos de emergência. Funcionários das universidades estaduais mantiveram a paralisação, iniciada no último dia 10. A paralisação acontece

em protesto contra o atraso no pagamento do salário de dezembro e ao não pagamento do 13º salário aos servidores; Os servidores participaram de uma passeata e um ato público no centro da cidade.

- 4 a FEIRA 22** Um sindicalista e líder garimpeiro da região de Serra Pelada, no Pará (região norte) foi assassinado. A Polícia Civil suspeita que o crime esteja relacionado à disputa pelo comando da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada (COOMIGASP) e trabalha com a hipótese de crime por vingança ou por encomenda. Três facções disputam o comando da cooperativa desde setembro de 2002, quando o Congresso autorizou a exploração do ouro em cem hectares da área. A aprovação do decreto gerou a “segunda febre do ouro” na região com a volta de 5 mil garimpeiros. Este é o segundo sindicalista assassinado em Serra Pelada em menos de três meses.
- 5 a FEIRA 23** Início da 3ª edição do Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (região sul) foi marcado com uma marcha pelo centro da cidade contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a provável guerra ao Iraque e ao conflito no Oriente Médio. O seu lema era: “A construção de um outro mundo possível contra a militarização e a guerra”. Segundo estimativas da PM, cerca de 110 mil pessoas participaram da marcha, que terminou no Anfiteatro do Pôr do Sol, área aberta de Porto Alegre onde foram realizadas apresentações de capoeira, shows de música de diversos países latino-americanos e representantes do Acampamento Intercontinental da Juventude confeccionaram com flâmulas variadas coletadas durante o caminho a “bandeira das bandeiras”, símbolo da multiculturalidade do Fórum.
- 6 a FEIRA 24** O MST ocupou uma fazenda no Piauí (região nordeste) que estava em processo de desapropriação, a espera da vistoria do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o objetivo de pressionar o governo federal. Foi a primeira ocupação feita pelo MST no governo Lula.
- 3 a FEIRA 28** Marcha contra a ALCA e pela paz no mundo encerra o 3º FSM. A Comissão Nacional da Campanha contra a ALCA produziu um manifesto que pretende recolher entre 10 e 15 milhões de assinaturas até junho, pedindo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) convoque um plebiscito oficial contra o bloco comercial e realize uma auditoria pública sobre a dívida externa. O FSM contou com a participação de 100 mil pessoas de 125 países e mais de 1.500 atividades propostas, em sua maioria por organizações não-governamentais (em torno de 5.500), além de 30 mil jovens no acampamento da juventude. O 3º FSM não produziu um documento final, conforme consta na Carta de Princípios do Fórum. Segundo seus organizadores, a declaração final seria a soma da diversidade presente nas várias propostas que surgiram ao longo do evento e que foram afixadas no Mural do Fórum.

FEVEREIRO

- DOMINGO 02** Greve de 48 horas de motoristas e cobradores de ônibus de São Paulo. A paralisação coincide com um momento de mudanças no modelo de transporte coletivo, que está sendo gerenciado pela administração da prefeita Marta Suplicy, do PT. Setores da prefeitura consideram que a paralisação tem a interferência de empresários de ônibus e trabalhadores de São Paulo, que tentam adiar a licitação por discordarem do novo modelo.
- 3 a FEIRA 04** Cerca de 400 integrantes do MST bloquearam uma estrada em Alagoas causando grande congestionamento e segundo fontes governamentais, mantiveram como refém o Secretário Estadual de Agricultura, Reinaldo Falcão, por aproximadamente cinco horas. Os trabalhadores reivindicam a instalação de infra-estrutura básica em dois assentamentos criados recentemente no Estado, desapropriação de terras para acomodar cerca de 500 famílias que estão acampadas há dois anos na região, além do fornecimento de cestas básicas pelo governo. Após 3 horas de negociação a rodovia foi desbloqueada e o governo estadual se comprometeu a receber os representantes do movimento no dia seguinte tendo um representante do INCRA como mediador. Contudo, a coordenação estadual do MST afirma que Reinaldo Falcão não foi feito de refém; ele simplesmente foi impedido de levar seu carro.
- 4 a FEIRA 12** Reunião entre integrantes do MST e governo do novo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, prometeu estudar meios de negociar a dívida de famílias assentadas que receberam financiamento agrícola, e anunciou ainda a distribuição imediata de cestas básicas para os 80 mil sem-terra acampadas no campo e nas estradas e garantiu mais crédito para as 200 mil famílias assentadas.
- 5 a FEIRA 13** Protestos de funcionários públicos do Estado do Rio de Janeiro contra a governadora Rosinha Matheus do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Durante aproximadamente três horas, dois movimentos rivais de funcionários hostilizaram-se na frente do Palácio Guanabara. Ambos reivindicavam o pagamento imediato do 13º salário, do adicional de férias e respeito ao calendário de pagamento. Sendo que um grupo, de 300 militantes, provavelmente ligado ao PSB era a favor da governadora e atacava verbalmente a ex-governadora Benedita da Silva e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a quem responsabilizavam pela falta de dinheiro para o pagamento do funcionalismo público. O outro, de aproximadamente 3 mil pessoas, representando 32 sindicatos e associações de servidores estaduais, entre eles, das áreas de saúde, educação e justiça responsabilizavam a atual governadora pelo não pagamento de salários.
- 6 a FEIRA 14** Cerca de 50 índios pataxó hã-hã-hãe encontraram-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para pedi-lo que interceda junto ao Supremo Tribunal

Federal, pelo julgamento da ação para anular títulos concedidos a fazendeiros no sul da Bahia. Há mais de 20 anos, eles vêm brigando na justiça pela posse de terra na região.

DOMINGO 16 Professores de rede estadual de educação do Rio de Janeiro, em greve desde o dia 10/02, protestaram em frente ao prédio da Secretaria Estadual de Educação contra o não pagamento do 13º salário e do adicional de férias. A categoria ainda está sem receber as gratificações do Programa Nova Escola, lançado em 2000, na gestão do governador Anthony Garotinho (PSB) e exige que a governadora Rosinha Matheus (PSB) volte a pagar o benefício.

2ª FEIRA 27 Durante o Carnaval, 3 mil militares do Exército, Aeronáutica e Marinha vão patrulhar as principais vias expressas do Rio, como a Avenida Brasil e as linhas Amarela e Vermelha, e nos acessos aos túneis da cidade. Tal operação irá possibilitar o aumento de efetivo de militares das Polícias Civil e Militar na ocupação dos morros e favelas da cidade.

MARÇO

5ª FEIRA 06 O governo federal divulgou que não irá rever a medida provisória que considera crime as ocupações de terras e que retira do programa de reforma agrária as terras que são ocupadas pelo MST pelo prazo de dois anos. A medida provisória foi editada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e diminuiu drasticamente o número de ocupações no país.

DOMINGO 16 Cerca de 2 mil trabalhadores sem-terra e assentados montaram acampamento na sede do INCRA de Marabá, no sul do Pará (região norte), em protesto contra falta de ações de reforma agrária por parte do governo nesta região. Em Sorocaba, interior de São Paulo (região sudeste), a Procuradoria Regional entrou com pedido de reintegração de posse de uma área de 20 hectares que pertence ao governo do Estado, e que desde o dia 13/04 está ocupada por 400 famílias sem-terra.

4ª FEIRA 19 No Estado do Paraná (região sul), especificamente, foi criada uma milícia armada denominada Primeiro Comando Rural (PCR), em uma alusão à maior facção que atua nos presídios de São Paulo, o Primeiro Comando da Capital (PCC). O PCR promete reagir com violência a qualquer tentativa de ocupação do MST no Paraná.

A sede do INCRA de Belém, capital do Pará (região norte) foi ocupada por 24 horas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que apoiou a ação, os cerca de mil agricultores reivindicavam a anistia das dívidas de financiamentos, liberação de créditos e regularização dos títulos definitivos das glebas dos

assentamentos. A CPT alegou que a ocupação se deu pela falta de diálogo com os representantes do órgão.

Quinze organizações não-governamentais indígenas e indigenistas e setenta e cinco organizações que representam 200 mil índios realizaram um seminário na capital federal (região centro-oeste), onde criticaram a decisão do presidente Lula de continuar submetendo ao Conselho de Defesa Nacional os processos de homologação de terras indígenas.

6 a FEIRA 21 O Governo Federal decidiu recorrer à Polícia Federal (PF) para fiscalizar fazendeiros que estão contratando seguranças armados para defenderem suas terras contra as ocupações do MST, chegando a montar uma milícia armada com o nome de PCR. A PF é responsável por autorizar o funcionamento de empresas de segurança privada e fiscalizá-las. No caso das fazendas, ela será chamada para verificar se seus proprietários estão contratando empresas que funcionam segundo a lei.

5 a FEIRA 27 Mais de quinhentas famílias do MST ocuparam três fazendas no município de Pedra, Estado de Pernambuco (região nordeste), com a intenção de pressionar o INCRA a realizar vistoria na área, visando a desapropriação. Foi a primeira ocupação realizada este ano em Pernambuco, estado que possui o maior número de ocupações no país. O líder do MST no Estado disse que a ocupação é a primeira de uma série que deverá ocorrer até o dia 17 de abril, que marca o sétimo aniversário do massacre de Eldorado de Carajás.

DOMINGO 30 Trabalhadores do MST ocuparam uma fazenda no município de Unai, noroeste de Minas Gerais (região sudeste). Houve confronto entre os sem-terra e os funcionários da fazenda, e dois integrantes do MST foram baleados.

A B R I L

3 a FEIRA 01 A estação do tremzinho do Corcovado, um dos pontos turísticos mais visitados no Rio de Janeiro, foi vítima da ação do crime organizado. O ataque à estação foi feito por oito homens armados de fuzis e pistolas. A fachada foi atingida por pelo menos dez balas de grosso calibre e a réplica do tremzinho foi perfurada por vários tiros. Algumas horas antes do atentado, o diretor da empresa Trem do Corcovado, recebeu um fax anônimo, dizendo que o ataque seria uma represália à prisão de Jorge Alexandre Cândido, o Sombra, braço direito de Fernandinho Beira-Mar, um dos líderes do tráfico de drogas do Estado.

2 a FEIRA 07 Greve de motorista e cobradores de ônibus de São Paulo. De acordo com a São Paulo Transportes (SPtrans), a paralisação teve 100% de adesão e prejudicou cerca de 3,5 milhões de pessoas. Todas as viagens de ônibus foram

paralisadas e a prefeitura não conseguiu acionar o Plano de Apoio entre Empresas em Situação de Emergência (PAESE).

3 a FEIRA 08 Fim da greve dos motoristas e cobradores de São Paulo após um acordo com o Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Ele exigiu a volta imediata ao trabalho e obrigou a administração a pagar por 15 dias os salários dos 10.800 funcionários das viagens descredenciadas pela prefeitura. O TRT ainda garantiu estabilidade de 60 dias para os grevistas e pagamento dos dias parados.

Primeira paralisação dos servidores públicos federais no governo Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo do comando de greve era fazer uma paralisação de 24 horas para protestar contra a reforma da previdência, em especial o projeto de lei PL-9, que propõe um teto único para a aposentadoria dos novos funcionários públicos e permite que União, estados e municípios criem fundos privados de pensão complementar para os servidores.

4 a FEIRA 09 Mais uma noite de ações criminosas no Rio de Janeiro promovida por traficantes da facção Comando Vermelho (CV). Os ataques atingiram vários bairros e cidades da região metropolitana do Rio. Traficantes queimaram nove ônibus, um carro particular, lançaram granadas contra dois shoppings, metralharam uma universidade, uma lanchonete e uma igreja. Dois policiais militares foram mortos e outros dois, feridos. De acordo com a cúpula de Segurança Pública do estado, o motivo dos atentados seria a adoção de novas regras no presídio de Bangu I. Entre elas, a de que cada preso só poderá receber um advogado em visitas de 20 minutos marcadas previamente.

DOMINGO 13 Um militante do MST foi assassinado no assentamento Brejo em Tamandaré, a 100 quilômetros de Recife. Em menos de dois meses esse é o segundo assassinato em áreas do MST administradas pelo INCRA em Pernambuco.

3 a FEIRA 15 Um trabalhador rural foi executado e outro foi baleado no assentamento Mato Grosso em Pernambuco. Os dois eram ligados à Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Pernambuco (FETAPE) que, juntamente com o MST e a CPT, reúne o maior número de assentamentos no estado.

Fim da greve de dois meses dos professores e servidores públicos estaduais do Rio de Janeiro. Eles decidiram voltar ao trabalho após a governadora, Rosinha Matheus (PSB), anunciar o calendário de pagamento do 13º salário de 2002. Os funcionários que ganham até 500 reais receberão 13º salário integral em maio e os demais servidores vão receber o salário parcelado em cinco vezes, de agosto a dezembro. O novo calendário do 13º não agradou aos funcionários, uma vez que não será pago integralmente a todos.

SIGLAS

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
COOMIGASP	Cooperativa dos Garimperos de Serra Pelada
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CV	Comando Vermelho
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FETAPE	Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco
FSM	Fórum Social Mundial
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PAESE	Plano de Apoio entre Empresas em Situação de Emergência
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCR	Primeiro Comando Rural
PF	Polícia Federal
PL	Partido Liberal
PM	Polícia Militar
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SPTrans	São Paulo Transportes
TRT	Tribunal Regional do Trabalho

Equipe: Coordenação: Prof. Dr. Emir Sader (LPP/UERJ); Prof. Dr. Roberto Leher (LPP/UERJ); Profa. Dra. Silene de Moraes Freire (PROEALC/UERJ).

Coleta e Sistematização dos Dados: Fernanda Ribeiro Rohem (PROEALC/UERJ); Gleide Banus Barbosa (LPP/UERJ); Maria das Graças Garcia e Souza (PROEALC/UERJ); Mariana Oliveira Setúbal (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal O Globo, Jornal do Brasil, Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Estado de São Paulo, Agência de Notícias Carta Maior, Letra Viva.

[cronología enero-abril 2003]

ENERO

- VIERNES 3** Medio centenar de estudiantes abandona junto a la Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile (FECH) las dependencias de la rectoría tomadas el 17 de diciembre pasado sin haber logrado un acuerdo con las autoridades en torno al alza de los aranceles de estudio.
- MIÉRCOLES 8** Un centenar de trabajadores desocupados se manifiesta en la comuna de Lota de la ciudad de Concepción para exigir al gobierno el mantenimiento de 200 plazas del Programa Pro Empleo que fueron dadas de baja. La medida finaliza con 1 detenido y 4 heridos tras un enfrentamiento con carabineros.
- JUEVES 9** Los trabajadores desocupados de Lota acuerdan con el gobernador el mantenimiento de los 200 planes de empleo.
- MIÉRCOLES 15** En la IX Región, mapuches de la comunidad José Miguel Cheollele, ubicada en la comuna de Ercilla toman junto a la Coordinadora Mapuche Arauco Malleco el fundo Mopanque, propiedad de la empresa forestal Bosques Arauco, en reclamo por la devolución de tierras ancestrales.
- LUNES 20** Una veintena de mapuches encapuchados ingresa al fundo Poluco Pidenco en la comuna de Ercilla, e incendia 3 habitaciones de operarios de maquinaria de tala de árboles que trabajan para la empresa Forestal Mininco. La Corporación Chilena de la Madera (CORMA) pide al gobierno medidas para sofocar a los mapuches movilizados.
- JUEVES 23** Desocupadas de la comuna San Pedro de la Paz bloquean una ruta que une Concepción con la provincia de Arauco para exigir el mantenimiento de 120 planes de empleo que fueron reducidos a 40. La medida es reprimida por carabineros, quienes detienen a 16 manifestantes.
- VIERNES 31** La Corte de Apelaciones de Concepción otorga la libertad bajo fianza a José Huenchunao, líder de la Coordinadora Mapuche Arauco Malleco.

FEBRERO

- SÁBADO 1** Entra en vigencia el Tratado de Libre Comercio (TLC) alcanzado entre Chile y la Unión Europea (UE) que contempla el establecimiento de regulaciones conjuntas de los gobiernos respectivos en materia de comercio, industria, energía, inversiones, servicios, transporte, producción agropecuaria, pesca, turismo, minería, telecomunicaciones y combate al terrorismo entre otros.
- JUEVES 6** El ministro subrogante de Planificación se reúne con las cuatro familias pehuenches que se oponen a permutar sus tierras a la empresa eléctrica Endesa para la construcción de la hidroeléctrica Ralco. Las partes firman un acuerdo de trabajo en conjunto.
- SÁBADO 15** Un millar de personas junto a la Coordinadora por la Paz realiza una protesta frente al Palacio de La Moneda en el marco de la jornada mundial de oposición a la guerra en Irak lanzada en el III Foro Social Mundial (FSM). Los pacifistas piden al gobierno su oposición al ataque en el Consejo de Seguridad de la Organización de Naciones Unidas (ONU).
- MIÉRCOLES 26** Delegados del gobierno y de los pehuenches de Ralco se reúnen en Washington ante la Corte Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) sin alcanzar acuerdo alguno.

MARZO

- LUNES 10** El presidente Lagos descarta viajar a los Estados Unidos para participar de las sesiones del Consejo de Seguridad de la ONU.
- El consejo directivo nacional de la Central Unitaria de Trabajadores (CUT) acepta la renuncia presentada por su vicepresidente socialista y resuelve por 24 votos a 20 el mantenimiento del comunista José Ortiz durante el lapso para el que fue electo como presidente del gremio.
- LUNES 17** Doscientas personas acuden junto a los partidos Humanista y Comunista a protestar frente a la embajada estadounidense luego de que Bush anunciara un ultimátum de guerra de 48 hs.
- DOMINGO 23** La Juventud del Partido Socialista (PS) y la Agrupación de Detenidos Desaparecidos se manifiestan frente a la embajada de los Estados Unidos e intentan bloquear una calle, luego de lo cual 25 militantes socialistas son apresados por carabineros. Otra movilización se realiza ante el consulado español.

ABRIL

- MARTES 1** Medio millar de personas junto a la Agrupación de Centros de Alumnos de Santiago, la Federación Cordillera y la Asamblea Coordinadora de Estudiantes Secundarios (ACES) se manifiesta frente al Ministerio de Educación y los alrededores de la Universidad de Santiago de Chile (USACH) exigiendo información sobre las pruebas de ingreso a la enseñanza superior.
- JUEVES 3** Se inicia en Angol el primer juicio público a militantes mapuches por violación a la Ley Antiterrorista en el que se permitirá la presencia de testigos encapuchados cuya identidad será conocida sólo por el juez de la causa. Los enjuiciados son Pascual Pichún, lonko de la comunidad Didaico, Aniceto Norin, un dirigente de la comunidad Pantano, y la activista Patricia Troncoso Robles, a quienes se acusa por la autoría intelectual y material de 2 incendios ocurridos en los fundos Nanchahue y San Gregorio.
- LUNES 7** Se inicia en el país la CVIII Conferencia Interparlamentaria Mundial cuyos participantes piden que las Naciones Unidas se hagan cargo de la administración de Irak una vez finalizada la guerra.
- MIÉRCOLES 9** El tribunal de Angol absuelve a los 3 acusados de haber incendiado fundos particulares y ordena su liberación.
- MARTES 22** La federación de estudiantes de la Universidad de La Frontera, situada en la ciudad de Temuco, ocupa la rectoría y 2 edificios del plantel en reclamo de presupuesto educativo y por becas de alimentación.
- MIÉRCOLES 23** Estudiantes de la Universidad Católica de Concepción y de la sede de Santa María, en Talcahuano, inician una huelga y realizan barricadas en reclamo por una partida de 2 mil millones de pesos para crédito universitario.
- JUEVES 24** Estudiantes de la Universidad de La Frontera realizan protestas para reclamar por presupuesto en los alrededores de dicha casa de estudios. Son reprimidos por carabineros, quienes detienen a 59 manifestantes durante el operativo.
- LUNES 28** Nueve comunidades mapuches de Panguipulli y 2 de Futrono inician ocupaciones en una treintena de terrenos en las zonas de la Araucanía y Los Lagos para reclamar la entrega de cerca de 2.300 has. Exigen además la instalación de una mesa de negociación con el gobierno, los partidos políticos y los propietarios de los fundos.

GLOSARIO DE SIGLAS

ACES	Asamblea Coordinadora de Estudiantes Secundarios
CIDH	Corte Interamericana de Derechos Humanos
CORMA	Corporación Chilena de la Madera
CUT	Central Unitaria de Trabajadores
FECH	Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile
FSM	Foro Social Mundial
ONU	Organización de Naciones Unidas
PS	Partido Socialista
TLC	Tratado de Libre Comercio
UE	Unión Europea
USACH	Universidad de Santiago de Chile

Paraguay

[cronología enero-abril 2003]

ENERO

DOMINGO 19 Los vendedores informales de la calle Palma en la capital se instalan frente a la Secretaría Nacional de Turismo (SENATUR) para oponerse a los constantes desalojos de los que son objeto.

FEBRERO

MARTES 11 La Cámara de Senadores vota a favor de la inocencia del presidente González Macchi en el juicio político por corrupción y mal desempeño de sus funciones iniciado el 23 de enero. Sin defender su gestión, argumentan la no conveniencia de cambio de gobierno a 2 meses de los comicios generales.

JUEVES 13 Los médicos de Misiones inician un paro escalonado en solidaridad con 5 profesionales del hospital regional de San Juan Bautista imputados por homicidio culposo. El gremio médico de salud pública sostiene que la carencia de insumos y medicamentos básicos expone a todo el personal de salud a ser demandado por mala praxis.

SÁBADO 15 Debido a que no les permiten avanzar hasta la embajada norteamericana, unas 20 organizaciones sociales y políticas de izquierda se manifiestan en Asunción sobre la Av. Mariscal López contra la inminente invasión de Estados Unidos a Irak.

LUNES 17 Comienzan las clases en las instituciones educativas de todos los niveles de acuerdo a lo dispuesto por el Ministerio de Educación. Numerosos maestros de la Federación de Educadores (FEP) se resisten a esta imposición y anuncian que comenzarán el ciclo lectivo el 3 de marzo, tal como lo indica el calendario académico.

MARTES 18 Las gasolineras ponen fin al desabastecimiento de gasoil que habían comenzado el 12 de febrero, luego de que el Poder Ejecutivo establece un nuevo sistema de bonificaciones para la venta de combustible.

MIÉRCOLES 26 Integrantes de la Confederación Nacional de Organizaciones Populares-Movimiento Sin Techo (CONOP-MST) cierran la ruta Mariscal Estigarribia, km 10, tras un recorte gubernamental a los fondos para la adquisición de tierras y viviendas de personas de la CONOP. Se enfrentan a la Policía, hasta que ésta logra dispersarlos. Cierran la ruta Acceso Sur a la altura de la embotelladora Coca-Cola, donde también son reprimidos, tras lo cual marchan hasta el Ministerio de Hacienda.

VIERNES 28 La Central Sindical de Trabajadores del Estado (CESITEP) y el Sindicato de Trabajadores del Ministerio de Salud (SITRAMIS) decretan una jornada de brazos caídos para reclamar aumento salarial.

MARZO

MARTES 4 Los camioneros fleteros del departamento de Paraná levantan el paro iniciado el día anterior a la espera de un acuerdo por el precio del flete con los empresarios aglutinados en la Cámara Paraguaya de Exportadores de Cereales y Oleaginosas (CAPECO).

MIÉRCOLES 5 Los principales colegios nacionales de Capital y área metropolitana no dan clases durante la jornada, en reclamo de mayor presupuesto para educación. Docentes, padres y alumnos se manifiestan frente al Ministerio de Hacienda.

Los camioneros fleteros y la COPACO acuerdan un precio de flete de 86 mil toneladas, por la cual la Dirección Nacional de Transporte (DINATRAN) suspende hasta el 30 de marzo el límite al ingreso de los fleteros brasileños.

JUEVES 6 Bajo una fuerte presión de los sectores educativos, la Cámara de Diputados aprueba el pedido de ampliación presupuestaria para el sector.

SÁBADO 8 La Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI) y el Foro Social Regional de Itapúa encabezan una manifestación por las calles de Encarnación, en coincidencia con el Día Internacional de las Mujeres, para exigir la suspensión de las fumigaciones de plantaciones cercanas a comunidades campesinas y la atención de los problemas sanitarios para la población afectada por agrotóxicos en la zona de Edelira.

MARTES 11 Los docentes de la mayoría de los colegios públicos paran durante la jornada, y los agremiados a la Organización de Trabajadores de la Educación de Paraguay (OTEP) realizan una manifestación frente al Ministerio de Hacienda en reclamo del pago de los salarios adeudados.

DOMINGO 16 La población de Puerto Casado, departamento de Alto Paraguay, Chaco, decide en asamblea rechazar un anteproyecto de ley para expropiar a la empresa

Victoria SA, propiedad de la secta Moon, y devolverle a la comunidad 50 mil hectáreas de tierra. Piden que el Congreso apruebe el proyecto que está en Senadores, por el cual la expropiación debería ser de 158 mil hectáreas. Cierran la entrada de la ciudad para que los empleados de la firma no puedan ingresar a su trabajo.

MIÉRCOLES 19 Unos 7 mil campesinos de la Federación Nacional Campesina (FNC) de todo el país realizan la décima manifestación anual “del campesinado pobre” por las calles de Asunción. Marchan hasta el Congreso, donde piden al gobierno que aplique un plan de industrialización del algodón y que la banca pública otorgue créditos a los sectores productivos.

LUNES 31 La Unión de Camioneros del Paraguay comienza un paro indefinido ante la falta de respuesta a sus reclamos por parte del gobierno. Piden que se respete el precio de 86 guaraníes por kilo para una distancia de 320 km acordado con los exportadores.

A B R I L

JUEVES 10 Indígenas de la comunidad Enxet, que viven desde hace años a la vera de la ruta Transchaco, marchan desde la Plaza Italia hasta la Plaza de la Democracia, en Asunción, para exigir la recuperación de sus tierras ancestrales en el Chaco Paraguayo, que permanecen en manos de una familia del departamento de Presidente Hayes.

LUNES 14 Los funcionarios del Hospital Materno Infantil San Pablo, Asunción, comienzan una huelga de 72 hs en reclamo de aumento salarial y bonificaciones familiares y de la destitución de la directora del instituto, a quien acusan de maltrato y discriminación.

MARTES 15 Tras la resolución del ministro de Salud Pública de rescindir el contrato de 9 empleados y descontar el sueldo a 31 personas que participan de la huelga, los funcionarios del Hospital San Pablo levantan la medida iniciada el día anterior a cambio de la recontractación de 6 de los 9 afectados.

DOMINGO 27 Los paraguayos eligen Presidente para los próximos cinco años. Gana Nicanor Duarte Frutos, de la Asociación Nacional Republicana (ANR o Partido Colorado, en el poder desde 1947) con el 37,3% de los votos. Le siguen Julio César Franco, del Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA), ex vicepresidente de González Macchi, con el 23,85%, y Pedro Fadul, del movimiento Patria Querida, con el 21,72%.

GLOSARIO DE SIGLAS

ANR	Asociación Nacional Republicana
CAPECO	Cámara Paraguaya de Exportadores de Cereales y Oleaginosas
CESITEP	Central Sindical de Trabajadores del Estado
CONAMURI	Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas
CONOP-MST	Confederación Nacional de Organizaciones Populares-Movimiento Sin Techo
DINATRAM	Dirección Nacional de Transporte
FEP	Federación de Educadores
FNC	Federación Nacional Campesina
OTEP	Organización de Trabajadores de la Educación de Paraguay
PLRA	Partido Liberal Radical Auténtico
SENATUR	Secretaría Nacional de Turismo
SITRAMIS	Sindicato de Trabajadores del Ministerio de Salud

[cronología enero-abril 2003]

ENERO

- VIERNES 3** La Comisión de Defensa de la Administración de Nacional de Combustibles Alcohol y Pórtland (CDA), acompañada de miles de personas, entrega a la Corte Electoral más de 650 mil firmas para habilitar un referéndum que derogue los artículos de la Ley de Rendición de Cuentas que permite la asociación de la empresa estatal con capitales privados. En este marco, se realiza un acto del que son oradores representantes del Encuentro Progresista-Frente Amplio (EP-FA), de la Federación de Administración Nacional de Combustibles Alcohol y Pórtland (FANCAP), de la Federación de Funcionarios de Obras Sanitarias del Estado (FFOSE) –en nombre de la Comisión de Defensa del Agua– y de la Unión Ferroviaria (UF).
- MARTES 7** La Unión Nacional de Obreros y Trabajadores del Transporte (UNOTT) realiza un paro de 24 hs en rechazo a un aumento del boleto decretado por la Intendencia Municipal de Montevideo (IMM), que regirá a partir del día siguiente, sin el correspondiente incremento salarial según lo acordado con las autoridades. Como contrapartida, los trabajadores se habían comprometido a no exigir que se cumpla el convenio por el cual sus salarios se ajustarían según el Índice de Precios al Consumidor (IPC).
- DOMINGO 19** Más de 160 militantes de la Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM) que el jueves iniciaron una manifestación desde Montevideo a Punta del Este –en reclamo de que unos 100 millones de dólares recaudados por el Ejecutivo mediante el Fondo Nacional de Vivienda se destinen a la construcción de viviendas, entre otras cosas– detienen su marcha ante un bloqueo policial en el acceso a ese balneario. Allí los cooperativistas realizan un acto, acompañados de miles de vecinos de Maldonado, en el que habla por teléfono celular el presidente de la organización, que se encuentra en la Plaza Artigas de Punta del Este colocando una ofrenda floral en el monumento a Artigas. Mientras habla para los manifestantes el dirigente es detenido, al igual que 169 militantes cooperativistas y 1 periodista que acompaña la movilización. Más tarde, por orden judicial, todos los detenidos recobran su libertad.

LUNES 20 Tras la aprobación en el Parlamento en septiembre del año pasado del otorgamiento de una megaconcesión a manos privadas para el mantenimiento de las rutas nacionales, comienzan a funcionar 8 peajes nuevos. En rechazo a esto, unos 3 mil residentes de Paso de los Toros, junto a una caravana de 500 autos, marchan por la ruta hasta el peaje ubicado en Durazno. Allí leen una proclama exigiendo la eliminación del nuevo puesto, y que mientras tanto no se cobre peaje a los habitantes de la zona.

MARTES 21 La UNOTT realiza un paro de 8 horas y una caravana de ómnibus y taxis por las calles de Montevideo. Exige que los ajustes en el precio del boleto se traduzcan en aumentos salariales y se solidariza con los trabajadores de la Compañía Uruguaya de Transportes Colectivos SA (CUTCSA) en conflicto con la empresa. Además exige el cese de los envíos de trabajadores al seguro de paro, rechaza el pago de parte del salario en vales de alimentación y solicita la renuncia de las autoridades de la División de Tránsito y Transporte de la IMM.

FEBRERO

VIERNES 7 Unas 200 personas de la Coordinadora de Ollas Populares y de la Unión de Trabajadores Desocupados (UTD) marchan por Montevideo, desde la Plaza Libertad hasta el Instituto Nacional de Alimentación (INDA), en protesta por el retraso en la entrega de alimentos y en reclamo de puestos de trabajo. Acuerdan con el director de la cartera la entrega de los productos para 10 ollas que ya eran asistidas, además del aprovisionamiento para otras 8.

VIERNES 14 Unas 70 mil personas convocadas por el EP-FA y el Nuevo Espacio (NE) marchan por Montevideo desde la Plaza Libertad hasta la explanada de la Universidad de la República, donde realizan un acto en repudio a la guerra que el gobierno estadounidense impulsa contra Irak. También cientos de personas realizan manifestaciones en las ciudades de San José y Libertad.

SÁBADO 15 En el día de acción global contra la guerra impulsada por EE.UU. y sus aliados contra Irak, se realizan movilizaciones en distintas ciudades del interior del país de las que participan miles de personas. En Maldonado, convocadas por el Foro Social Maldonado, más de mil personas se concentran en la Plaza de la Torre del Vigía y marchan por las principales calles de la ciudad. En Salto, más de un millar de personas –convocadas por el Plenario Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT), la Coordinadora de Deudores en Dólares, la Asociación de Empleados Bancarios del Uruguay (AEBU), la Comisión de Defensa del Agua y la Vida y la FFOSE, entre otras organizaciones– realizan una marcha desde la Plaza Treinta y Tres hasta la Plaza Artigas. Además, se realizan movilizaciones en Colonia del Sacramento y en la frontera con Brasil, en la ciu-

dad de Rivera, en coordinación con habitantes de la ciudad brasilera de Livramento.

MIÉRCOLES 19 Funcionarios del Banco Hipotecario del Uruguay (BHU) agrupados en AEBU –que desde el viernes pasado mantienen ocupada una sucursal de la entidad en Montevideo en reclamo de que los trabajadores tengan participación en la discusión sobre la reestructuración de la institución– paran durante la jornada para realizar una asamblea. Deciden levantar la toma y realizar un paro de toda la banca la próxima semana que viene.

DOMINGO 23 Unos 600 jubilados, convocados por la Coordinadora de Jubilados y Pensionistas del Uruguay, realizan una caravana de ómnibus y automóviles desde el viejo edificio de la Caja de Jubilaciones, en Montevideo, hasta Punta del Este, en reclamo de un aumento en sus retribuciones. En el acceso al balneario recorren 4 km a pie hasta el centro, acompañados de 1.500 vecinos de Maldonado y representantes del Encuentro Progresista (EP), la AEBU, el Foro Social Maldonado y el Movimiento Ciudadano por la Dignidad del País.

MIÉRCOLES 26 El Centro de Obreros y Empleados de Salud (COES) determina en asamblea dejar de envasar cerveza Norsteña hasta que se solucione la situación de unos 100 trabajadores de la planta de Paysandú tras el anuncio del consorcio brasilero AmBev –propietario, además, de las cervezas Patricia y Pilsen– de trasladarla a Minas.

VIERNES 28 Miles de personas del interior del país participan de una jornada nacional de protesta contra la reciente instalación de 8 peajes en el marco de la megaconcesión. En la ciudad de Santa Lucía más de 2 mil personas exigen la exoneración del pago para los que residen en un radio de 20 km del puesto. Unas 3 mil personas de Paso de los Toros se manifiestan frente al peaje instalado en la entrada de la ciudad, entre los departamentos de Tacuarembó y Durazno. Además, un millar de personas de Mercedes y Fray Bentos se movilizan en unos 400 vehículos hasta el peaje de Mercedes. También se realizan manifestaciones en Lavalleja, Paysandú y Colonia.

El Banco Central del Uruguay (BCU) oficializa la liquidación del Banco de Crédito (BDC) –tal como lo propuso el Fondo Monetario Internacional (FMI)–, intervenido desde mediados de 2002. Tras el anuncio, la AEBU ocupa por tiempo indefinido las 41 sucursales de la entidad y realiza un paro parcial, impidiendo la acción de los liquidadores y reclamando respuestas para los más de 1.000 trabajadores bancarios que podrían perder su fuente de trabajo. Durante todo el día, centenares de ahorristas se suman a los locales tomados. Hacia fin de la tarde, centenares de bancarios y ahorristas se concentran en la puerta de la sede central del BDC, cortando la avenida 18 de Julio.

MARZO

VIERNES 7 Trabajadores del suspendido BDC nucleados en la AEBU, que ocupan la sede central de la institución en Montevideo, levantan la toma y realizan un acto frente a esa sucursal, movilizándose por la Avenida 18 de Julio hasta la Ciudad Vieja.

MARTES 11 El gobierno informa que se acordó con el FMI la reprogramación de la deuda externa como forma de impedir la cesación de pagos en los próximos años. Según los anuncios, la reprogramación afectaría a los tenedores de deuda emitida por el estado en moneda extranjera y consistiría en un canje voluntario de bonos por otros que vencerán luego del año 2010.

LUNES 17 El FMI anuncia la aprobación de un programa crediticio para Uruguay. Junto al Banco Mundial (BM) y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) liberarían 1.300 millones de dólares este año y 1.200 millones de dólares el año próximo. En la Carta de Intención el gobierno se compromete a una reestructuración impositiva ampliando la base del Impuesto al Valor Agregado (IVA), a reducir el BHU y a otorgar algunas concesiones de servicios públicos a manos privadas.

MARTES 18 Más de 8 mil personas convocadas por la FUCVAM marchan por Montevideo, desde la Plaza Libertad hasta el Palacio Legislativo, donde realizan un entierro simbólico del Fondo Nacional de Vivienda. Reclaman la entrega de unos 100 millones de dólares para la construcción de viviendas. Además, se manifiestan contra la guerra que impulsa el gobierno estadounidense contra Irak. Simultáneamente, en Montevideo, el prosecretario de la organización, junto a 11 mujeres cooperativistas, ocupa la sede del Ministerio de Vivienda (MIVI). Mientras tanto, integrantes de la organización realizan actos en las ciudades de Mercedes, Paysandú y Salto.

Tras las sucesivas protestas de días atrás de miles de personas que viven en las proximidades de los nuevos peajes instalados en el marco de la mega-concesión, las autoridades del Ministerio de Transporte y Obras Públicas (MTO) se reúnen con legisladores de todos los sectores políticos y acuerdan ofrecer un abono por un precio menor para los residentes en zonas cercanas a los puestos de cobro.

JUEVES 20 Miles de personas, convocadas por el PIT-CNT, FUCVAM, Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay (FEUU) y el EP-FA, entre otras organizaciones, marchan por Montevideo, desde la Plaza Libertad hasta la Embajada de EE.UU., pasando por el Ministerio de Relaciones Exteriores, donde leen una proclama manifestándose contra la guerra iniciada hoy por el gobierno estadounidense contra Irak y denunciando al gobierno local por no condenar el ataque en sus declaraciones. También se realizan manifestaciones en ciudades del interior.

SÁBADO 22 Integrantes de la Comisión de Defensa del Agua realizan un acto en la Explanada de la Universidad de la República, en Montevideo, para conme-

morar el Día Mundial del Agua. Allí se manifiestan contra la mercantilización de ese recurso natural y las privatizaciones del servicio ocurridas en el interior del país. Además, presentan una propuesta de reforma constitucional en la cual establecen que el servicio público del agua y el servicio de saneamiento sean prestados exclusiva y directamente por el estado, entre otras cosas.

LUNES 24 Luego de casi 8 meses de suspendidos los bancos Comercial, Montevideo y Caja Obrera, abre el Nuevo Banco Comercial, producto de la liquidación y fusión de esas entidades. En la apertura de la casa matriz, en Montevideo, un grupo de ahorristas del Banco de Montevideo irrumpe denunciando que parte de los responsables del vaciamiento de la institución continúan trabajando en el nuevo banco, y gritando consignas contra el presidente Batlle. Tras ser desalojados por la policía y continuar con la protesta puertas afuera, un grupo de deudores en dólares de los bancos liquidados llega a la zona en rechazo a las ejecuciones judiciales.

VIERNES 28 Miles de personas convocadas por el PIT-CNT, la FEUU y la FUCVAM, entre otras organizaciones –acompañadas por el intendente frenteamplista, Mariano Arana, y otros representantes políticos– marchan en Montevideo, desde el Obelisco hasta la embajada estadounidense, haciendo un alto en la Explanada de la Universidad de la República, donde realizan un acto en repudio a la invasión de EE.UU. a Irak.

ABRIL

JUEVES 10 Luego de dos años y medio de investigación, la Comisión para la Paz hace entrega al presidente Batlle del informe final sobre el destino de los detenidos-desaparecidos durante la dictadura militar. Así, se confirman 26 denuncias sobre personas desaparecidas, asumiendo que fueron torturadas en centros clandestinos de detención y fallecieron, y reconociendo por tanto que hubo violaciones a los derechos humanos por parte del estado y una coordinación entre las fuerzas uruguayas y argentinas en la detención de personas.

MIÉRCOLES 16 El gobierno aprueba un decreto por el cual se respalda el informe final de la Comisión para la Paz, añadiendo que con el mismo se cumple con la Ley de Caducidad, que refiere a una investigación oficial sobre violaciones a los derechos humanos durante la dictadura. Tal cosa podría significar la finalización de las investigaciones sobre el tema.

VIERNES 18 La Comisión de Derechos Humanos de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) aprueba la moción copatrocinada por Uruguay, por la cual se solicita al gobierno cubano que acepte una inspección del Alto Comisionado de esa organización sobre la situación de los derechos humanos en la isla.

LUNES 21 La Asociación de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos emite un comunicado en el que rechaza el decreto firmado por el gobierno el martes pasado, sosteniendo que el Poder Ejecutivo no cumplió con el artículo 4 de la Ley de Caducidad, lo que implica un “punto final” a la investigación sobre las violaciones a los derechos humanos durante la dictadura. También señala, entre otras cuestiones, que no puede considerarse tal cosa cuando sólo hay 26 casos de desapariciones esclarecidos de un total de 222 denuncias.

MIÉRCOLES 23 Unas 3 mil personas –convocadas por el PIT-CNT, FUCVAM, FEUU, Organización Nacional de Jubilados y Pensionistas del Uruguay (ONAJPU), Frente Amplio (FA) y NE– marchan por Montevideo desde la Plaza Libertad hasta la Plaza Independencia, donde realizan un acto en rechazo al encuentro del presidente Batlle y su par estadounidense en EE.UU. Además repudian la agresión que lleva a cabo ese país, junto a Inglaterra y España, contra Irak. En tanto, el mandatario ofrece a Bush enviar ayuda humanitaria a Irak y le informa –entre otras cosas– que el año próximo, cuando Uruguay presida el Mercado Común del Sur (MERCOSUR), promoverá un acercamiento entre el bloque regional y EE.UU. Como contrapartida, Bush adelanta que se acelerarán las resoluciones para el ingreso de carne uruguaya a su país.

DOMINGO 27 Tras llegar el viernes a un acuerdo con las autoridades de AmBev, el Sindicato de Obreros y Empleados de Norteña (SOEN) –en conflicto desde mediados de febrero, cuando la empresa anunció el cierre de la planta de Paysandú– resuelve en asamblea aceptar condicionalmente una propuesta que incluye la jubilación anticipada de 32 trabajadores, la absorción de personal de la planta por parte de la empresa en horarios reducidos, la instalación de microempresas para terciarizar servicios y rotaciones en el seguro de desempleo.

MIÉRCOLES 30 Tras un preacuerdo entre la UNOTT y las empresas de transporte por un aumento salarial, el gobierno decreta un aumento del 7% en las tarifas del transporte interdepartamental, que regirá a partir del viernes próximo.

GLOSARIO DE SIGLAS

AEBU	Asociación de Empleados Bancarios del Uruguay
ANCAP	Administración Nacional de Combustibles Alcohol y Pórtland
BCU	Banco Central del Uruguay
BDC	Banco de Crédito
BHU	Banco Hipotecario del Uruguay
BID	Banco Interamericano de Desarrollo
BM	Banco Mundial
CDA	Comisión de Defensa de ANCAP
COES	Centro de Obreros y Empleados de Salus
CUTCSA	Compañía Uruguaya de Transportes Colectivos SA

EP-FA	Encuentro Progresista-Frente Amplio
FA	Frente Amplio
FANCAP	Federación ANCAP
FEUU	Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay
FFOSE	Federación de Funcionarios de Obras Sanitarias del Estado
FMI	Fondo Monetario Internacional
FUCVAM	Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua
IMM	Intendencia Municipal de Montevideo
INDA	Instituto Nacional de Alimentación
IPC	Índice de Precios al Consumidor
IVA	Impuesto al Valor Agregado
MERCOSUR	Mercado Común del Sur
MIVI	Ministerio de Vivienda
MTOP	Ministerio de Transporte y Obras Públicas
NE	Nuevo Espacio
ONAJPU	Organización Nacional de Jubilados y Pensionistas del Uruguay
ONU	Organización de las Naciones Unidas
PIT-CNT	Plenario Intersindical de Trabajadores-Convenión Nacional de Trabajadores
SOEN	Sindicato de Obreros y Empleados de Norteña
UF	Unión Ferroviaria
UNOTT	Unión Nacional de Obreros y Trabajadores del Transporte
UTD	Unión de Trabajadores Desocupados

*Realizada por el Observatorio Social de América Latina (OSAL).
 Relevamiento y sistematización a cargo de Gustavo Gibert.
 Fuentes: diarios La República, El País, semanario Brecha e Indymedia Uruguay.*